



IV Legislatura
III Sessão legislativa

Número: 61
Horta, Quinta-feira, 27 de Junho de 1991

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
D I Á R I O
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

Presidente: Deputado Reis Leite

Secretários: Deputados Manuel Goulart e Manuel Valadão
(Substituído durante a Sessão pelo Deputado David Santos).

S U M A R I O

Os trabalhos iniciaram-se às 15,00 horas.

No **Período da Ordem do Dia** iniciaram-se os debates da **interpelação ao Governo**, requerida pelo Partido Socialista, os quais versaram sobre temas de agricultura e pescas.

Usou da palavra, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Dionísio de Sousa (PS).

Na sequência da sua intervenção intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Manuel Valadão (PSD), António Silveira (PSD), José Gabriel Lopes (PS), Alvarino Pinheiro (CDS), Francisco José Silva (PSD), Paulo Valadão (PCP), Gaspar da Silva (PSD), António Oliveira Rodrigues (PS), Carlos César (PS), José Artur Correia (PSD), Victor Evaristo (PSD), Martins Goulart (PS), Jorge Cabral (PSD), Manuel Serpa (PS), Carlos Mendonça (PS), Albano Pimentel (PS), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, Adolfo Lima, que prestou diversos esclarecimentos solicitados pelas diversas bancadas e relacionados com assuntos da sua Secretaria.

Os trabalhos terminaram às 20,30 horas.

Presidente: Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada.

(Eram 15,00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: PSD - Adelaide Teles, António Gaspar Silva, António Silveira, António Varão, Artur Martins, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Francisco José Silva, José Artur Correia, José Carlos Simas, Jorge Cabral José Maria Bairos, Madruga da Costa, Luís Bettencourt, Manuel Valadão, Regina Cunha, Reis Leite, Tomaz Duarte, Victor Evaristo; PS - Albano Pimentel, António Gomes, António Oliveira Rodrigues, Carlos Mendonça, António Braga Furtado, Dionísio de Sousa, José Gabriel Lopes, Fernando Fonte, Hélio Pombo, José Manuel Bettencourt, Luís Filipe Cabral, Manuel Carvão Júnior, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Martins Goulart, Paulo Araújo, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Carlos César; CDS - Alvarino Pinheiro, Rui Meireles; PCP - Paulo Valadão; Deputado Independente - Renato Moura).

Presidente: Estão presentes 44 Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar o **Período da Ordem do Dia** uma vez que, segundo o Regimento e tratando-se de um interpelação, não há Período de Antes da Ordem do Dia.

Já ontem tive ocasião de anunciar a distribuição dos tempos atribuídos a cada partido e ao Governo, ao abrigo do artigo 148º do Regimento. Os tempos são os seguintes:

PSD	-	2 h 30m
PS	-	2 h 30m
Governo	-	2 h 30m
CDS	-	45m
PCP	-	38m
Deputado Ind.	-	30m

Nos termos regimentais, este debate inicia-se com uma intervenção de um dos deputados interpelantes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Agricultura, como uma forma geral do sector primário, é uma actividade económica de primeira importância na economia do arquipélago dos Açores e essa importância pouco se alterou no decorrer da última década.

O sector primário mobilizava, em 1990, 23.1% da população activa empregue, ou seja, cerca de 21.800 activos, o que é pouco menos

que os 24.500 activos que se dedicavam a esta actividade em 1981. Reportando-nos aos dados das contas económicas dos Açores para os quais como sabemos só existem dados até 1985 - podemos verificar que o sector primário apresenta produtividades semelhantes à da totalidade da economia açoriana.

A agricultura, pecuária e silvicultura representavam em 1985 mais de 90% do produto do sector primário, quase 90% do produto da indústria transformadora em 1985 era gerado pela indústria alimentar, e era também este o sector responsável pela esmagadora maioria das exportações dos Açores.

Dentro do sector agro-alimentar a produção pecuária desempenha o papel mais importante tudo indicando que o seu peso na economia regional se tem reforçado significativamente. A produção do leite recebido nas fábricas terá aumentado de 1980 a 1989 quase 50% (48.6%), com aumentos da mesma ordem de grandeza na produção dos principais lacteínicos. Esses aumentos de produção, constantemente alardeados pelo Poder Regional e pela sua máquina de propaganda, são efectivamente modestos se contextualizados no todo nacional. Com efeito, de 1980 a 1989 a quantidade de leite recebido nas fábricas do Continente aumentou de 72%, contra os 49% dos Açores. A diminuição relativa da posição dos Açores tornar-se-ia muito mais evidente se fizéssemos a comparação com a outra região do país especializada na produção de leite, o Noroeste, e se tivéssemos em conta que a produção do Continente sofreu uma autêntica revolução na sua qualidade, diversidade e comercialização, contrariamente à estagnação qualitativa do sector nos Açores.

Temos assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, que, contrariamente ao que se possa pensar, o aumento significativo do peso do sector leiteiro na economia regional não se ficou assim a dever a nenhuma dinâmica especial deste sector mas antes à profunda estagnação em toda a actividade económica regional.

De acordo com os dados do SREA e do DREPA, a actividade económica na Região esteve mergulhada, durante toda a década de 80, numa profunda depressão. Com efeito, de 1980 a 1990 o produto terá evoluído a uma taxa média anual de 1.6%, afastando o arquipélago ainda mais dos níveis de desenvolvimento do todo nacional, da Europa Comunitária ou mesmo do conjunto dos países da OCDE. A profunda depressão económica atravessada pelo arquipélago assume um ca-

rácter estrutural particularmente dramático por não se ter devido a uma diminuição do emprego, mas antes a um crescimento de zero na produtividade do trabalho. Com efeito, e de acordo com os dados do SREA, o emprego terá aumentado de 1980 a 1990 aproximadamente ao mesmo ritmo do produto.

Neste quadro de profunda crise económica, que só as transferências relativas ao Acordo das Lajes e do Orçamento do Estado primeiro e mais recentemente das Comunidades, sempre acompanhadas de fortes transferências privadas, evitaram que se tornasse socialmente dramática, o sector leiteiro apresentou-se assim com dinamismo mais em relação à estagnação vigente no resto da economia do que propriamente em termos absolutos.

A agro-pecuária e o sector de lacticínios encontram-se mergulhados agora numa profunda crise de que não há paralelo na história mais recente dos Açores. Os preços reais do leite à produção e dos lacticínios encontram-se em queda há já dois anos, registando-se mesmo quedas dos preços nominais em produtos como o leite em pó. Os açorianos já há muito tempo habituados a ver o Governo Regional a não cumprir os seus pagamentos a tempo e horas vêem agora, em proporções inusitadas, indústrias de lacticínios que pagam o leite com atrasos, lavradores que não conseguem regularizar os seus passivos financeiros para com a Banca e uma sucessão de processos de execução do património por dívidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A crise que agora se revela com toda a sua crueza à luz do dia apresenta, de resto, fortes tendências para se agravar. Começando pelos preços, e dado que eles deverão estar harmonizados com os da Comunidade em 1996, podemos verificar a seguinte situação nos dois principais produtos de exportação da agro-pecuária açoriana: o preço de intervenção do leite em pó magro nos Açores é 20% mais elevado do que nas Comunidades e o chamado preço representativo da carne de novilha é 30% mais elevado em Portugal do que na média dos países da Comunidade, tendo, portanto, tendência a descer outro tanto.

Se olharmos para a qualidade o panorama é ainda mais desolador. A brucelose - que há mais de 10 anos o Governo Regional se comprometeu a erradicar dos Açores continua a campear sem que ninguém possa afirmar ao certo em que pé se encontra a situação.

O não cumprimento das promessas do Governo Regional neste campo tem consequências dramáticas, sendo provavelmente a principal causa pela qual as autoridades americanas recusam a importação de queijo de S. Jorge e que leva também à situação caricata de a Base das Lajes se recusar a beber leite dos Açores.

O factor fundamental do qual depende a produção de leite de qualidade nos Açores é, como já se sabe há muitos anos, a implantação de uma política de emparcelamento e reordenamento territorial, construção de caminhos de penetração, abastecimento de água e electrificação rural. Neste domínio o balanço que há a fazer da política do Governo Regional é desastroso.

Quanto ao abastecimento de água e electrificação rural nada se fez. Os caminhos de penetração cujo carácter prioritário levou o Governo Regional a prescindir de verbas para a electrificação rural estão agora paralisados com gabinetes responsáveis pela sua construção nas Secretarias da Agricultura e Pescas e da Habitação e Obras Públicas que não funcionam, com verbas que não chegam nem do FEDER nem do PEDAP porque os titulares do Governo Regional não se entendem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cinco anos depois de ter anunciado com a pompa e circunstância que lhe são característicos uma Lei de Orientação Agrícola que, como todos os seus restantes actos, por via de regra ou "revolucionam a agricultura açoriana" ou são "históricos" ou são ambas as coisas, o titular da pasta da agricultura apresentou-nos recentemente com os resultados da sua revolução: 140 hectares de terra pretensamente emparcelados na Ribeirinha da Ribeira Grande em S. Miguel.

Ao fim de cinco anos de LOA e do Instituto de Reordenamento e Orientação Agrícola, o Governo Regional teve que recorrer aos serviços de uma empresa privada para fazer o seu primeiro emparcelamento que afinal foi parcelamento pois a terra em causa tinha um único proprietário e passou a ter 68.

(Aplausos do PS)

Neste projecto que de facto foi de mero reordenamento agrário o Governo Regional investiu somas consideráveis, não conseguiu tocar sequer nos problemas do fornecimento de água e electrificação rural e obteve um conjunto de explorações com cerca de dois hectares de área média. Sabendo que a super-

fície agrícola útil dos Açores é de 104.304 hectares de acordo com o recenseamento agrícola de 1985, ao presente ritmo de 28 hectares "emparcelados" por ano, podemos estimar que daqui a 3.720 anos, ou seja lá para o ano de 5.711 o Governo Regional terá resolvido o problema do emparcelamento nos Açores.

(Risos do PS, CDS e PCP)

Convenhamos que, mesmo para quem se julga eterno na política, se trata de um prazo demasiado alargado.

Quanto ao apoio à melhoria da qualidade do leite e das condições de trabalho na ordenha trata-se de outro domínio em que o desleixo do Governo Regional tem sido flagrante. Os lavradores açorianos têm sido alvo de uma injustificável discriminação em relação aos seus colegas do Continente. Enquanto estes últimos tiveram a instalação de ordenhas e refrigeração na ordenha com subsídios que na prática chegavam aos 100% acompanhados de vultuosos subsídios ao leite produzido nessas condições, os agricultores açorianos tiveram apoios muito mais reduzidos e para adquirir instalações de ordenha móvel. Compreende-se assim a frustração do lavrador açoriano, obrigado a fazer a ordenha das vacas ao sabor das intempéries, sem ter água corrente nem electricidade e muito menos ordenhas com referigeração que da visita ao Continente vê que tudo isso foi posto à disposição dos seus colegas de profissão. É lamentável que, submetidos às condições de vida resultantes de uma insularidade mal enfrentada, os lavradores açorianos sejam submetidos a esta discriminação adicional a todos os títulos imoral e injustificável.

Enquanto a maior parte da produção de leite no Continente conta já com a refrigeração na ordenha, em quase todas as ilhas, incluindo S. Miguel, nem sequer os postos de recolha do leite contam com a indispensável refrigeração, embora as intenções de a levar à prática já tenham sido anunciadas vezes sem conta. A própria construção de salas de ordenha fixa dá agora apenas os primeiros passos e fá-lo de forma altamente duvidosa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Chegados aqui é natural que nos interroguemos de como foi isto possível; como foi possível deixar a situação chegar a este ponto. Na nossa opinião podemos distinguir três erros fundamentais nas concepções políticas do Governo Regional directamente responsáveis pela presente situação: a concepção egocêntrica do funcionamento do sistema

autonómico, a total incompreensão dos problemas e desafios levantados pela integração comunitária ao sector e em particular pelos mecanismos que nortearam o estabelecimento das quotas leiteiras e por último a secundarização das vertentes qualidade, comercialização e diversificação na produção leiteira.

Parafraseando uma recente afirmação já tornada célebre de um político britânico, o Governo Regional não entendeu que o conceito de autonomia existe, não para satisfazer a sua vaidade e ambições políticas, mas sim como um meio de possibilitar aos Açores o bem estar da população e o desenvolvimento económico. A existência de políticas específicas deveria assim ter sido entendida como uma forma sistemática de negar políticas de todo o interesse para os Açores só porque não eram dirigidas pelo Governo Regional.

A política desenvolvida pelo Governo da República no sentido de dotar o país de uma estrutura de produção leiteira de qualidade através de vultuosos subsídios à instalação de refrigeração nas ordenhas e o leite produzido nessas circunstâncias tinha assim todo o interesse para os Açores que poderiam ter sido a Região mais favorecida por ela. Os argumentos então utilizados de que o leite que não se destina ao consumo em natureza não precisa de refrigeração, que as condições ecológicas também a dispensavam e que as condições de funcionamento do sistema leiteiro não eram compatíveis com ela, foram falácias reveladoras de pretensas especificidades hoje já rejeitadas mas, infelizmente, tarde de mais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Açores, que se encontravam a par do Continente em termos de capacidade produtiva do seu sector leiteiro, estão hoje para trás. O Continente produz lacticínios em quantidade, em qualidade e em diversificação que nada tem a ver com o panorama de há quinze anos. Os Açores, que dispõem da situação de maiores vantagens comparativas naturais do país para produzir lacticínios, foram deixados à margem deste processo de modernização, levando a que a gama de produtos oferecidos pela Região neste domínio pouco tenha evoluído.

Outro domínio em que a concepção egocêntrica do Governo Regional se fez sentir é na produção legislativa de incentivo ao investimento agrícola de origem comunitária que, para além de passar pelo crivo nacional, é ainda obrigada a passar pelo crivo regional sem que qualquer melhoramento seja introduzido, apenas obrigando a atrasos, a dificulda-

des e à burocratização dos processos de incentivo.

É incompreensível que os agricultores açorianos tenham tido que esperar mais um ano que os seus colegas do Continente para receberem os Apoios Comunitários do 797/85, apenas porque não se aplicou de imediato a legislação nacional e se prepararam depois medidas específicas para fornecer incentivos suplementares aos agricultores dos Açores. É incompreensível que a legislação nacional que actualmente regula a aplicação do Regulamento 797/85 não se aplique aos Açores, levando estes a, mais uma vez, terem de esperar tempo adicional sem lucrarem rigorosamente nada com isso.

Mas se o Governo Regional insistiu em ver especificidades onde elas não existiam, foi incapaz de as ver onde elas eram mais do que óbvias. A Europa Comunitária engloba as regiões mais avançadas do Mundo na produção de lacticínios e com as tradições históricas mais profundas neste domínio. Pode-se dizer sem qualquer receio de exagero que o sector em países como a Holanda, a Dinamarca e mesmo a França ou até a Irlanda se encontra décadas à frente dos Açores. Era óbvio que a abertura de um mercado sem fronteiras entre os Açores e o resto da Comunidade, sem que se assistisse a uma fortíssima política de intervenção estrutural destinada a ultrapassar o atraso dos Açores, não poderia redundar noutra coisa do que num desastre para o nosso arquipélago. A política estrutural das Comunidades para o sector pode perfeitamente dar-se ao luxo de ser restritiva e não propiciar o desenvolvimento, a qualidade e a produtividade do sector, mas isso nunca deveria ter sido feito nos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional ignorou soberanamente estas verdades elementares e cheio de auto-satisfação desprezou em absoluto a necessidade de se proceder a uma política específica. E assim que, na sua primeira declaração negociada para a integração comunitária sobre o dossier agrícola, o Governo Regional não disse uma única palavra sobre o sector leiteiro, em nítido contraste com o que fez relativamente a todas as outras produções agrícolas. Essa atitude foi de resto mantida integralmente até à presente data, excepto para a questão particular das quotas leiteiras. É assim que o Governo Regional consegue fazer um caderno reivindicativo do qual surgiu o POSEIMA que não fala no sector leiteiro, deixando assim escapar de forma inqualificável

mais uma oportunidade para inverter a situação de decadência do sector.

Vozes do PSD: Não apoiado!

O Orador: Mas se o Governo Regional manteve o mutismo absoluto sobre aquilo que era fundamental para a agro-pecuária açoriana é um facto que se dedicou de alma e coração à problemática de quotas leiteiras.

Os esforços do Governo Regional no que diz respeito à obtenção de uma grande capacidade potencial de produção foram perfeitamente irrelevantes pois a quota atribuída aos Açores decorreu naturalmente como fracção proporcional à produção da quota atribuída a todo o país. Os esforços do Governo Regional poderiam ter sido apenas irrelevantes mas de facto foram uma das causas fundamentais que levou à ampliação da presente crise.

O Governo Regional não soube nem quis compreender a forma como iriam actuar as quotas leiteiras nos Açores. Se no princípio da década de 80, quando as quotas começaram a funcionar na Europa era possível pensar que a imposição desse sistema com base nos mesmos princípios justificaria um grande incentivo à produção tendo em vista obter uma quota o maior possível, ficou claro, a partir da integração portuguesa, que não iria ser esse o critério adoptado em Portugal. Por um lado, sendo um facto que o sistema de quotas visa conter a produção de leite, não teria sentido que fosse incentivada a produção apontando-se como quota leiteira a respeitar em 1991 a quantidade produzida em 1990.

Por outro lado, foram-se multiplicando os sinais e garantias, tanto por parte da Comissão das Comunidades como do Parlamento Europeu de que, na concessão da quota a Portugal, se iria ter em conta o seu consumo potencial.

O facto de a quota global para os Açores ter sido fixada em 400 milhões de quilos e as condições de profunda crise no sector levarão naturalmente a que, no futuro previsível, a quota dos Açores não venha a ter qualquer impacto.

A instauração de um sistema de quotas em 1991, não deveria, assim, ter justificado que se tivesse incentivado os agricultores a investir na importação de vacas - pagando-se-lhes mesmo o custo do transporte dessas vacas - com o único fito de conseguir, no imediato, aumento de produção.

Com efeito, existiam, pelo menos, quatro razões ponderosas para não o fazer.

A primeira prende-se com a epidemia de

brucelose que se encontra fora de controlo e que pode levar à contaminação e ao abate de gado importado. A segunda com a clara inadaptação dos animais importados à alimentação, quase totalmente constituída por erva, utilizada nos Açores. A terceira com as elevadíssimas taxas de juro e os altíssimos diferenciais entre taxas activas e passivas impostas pela política nacional do PSD e a quarta com a inadaptação do aparelho produtivo dos lacticínios dos Açores para um aumento de produção.

Esta última questão necessita de algumas considerações adicionais.

Exceptuando o ano de 1988, por razões conjunturais, o mercado internacional e comunitário de leite em pó e manteiga tem apresentado condições negativas e a Comunidade tem seguido, de forma continuada e facilmente previsível, uma política de preços restritiva para esses produtos.

O aparelho produtivo regional, pelo seu lado, tem a sua capacidade excedentária de produção concentrada no leite em pó e na manteiga, não existindo, de resto, condições para o alargamento dos mercados do continente português, para as modalidades de queijo em que se tem especializado a indústria açoriana.

O elevado preço de energia nos Açores, a obsolescência de parte significativa do aparelho industrial de produção de leite em pó, leva a que os custos da sua produção industrial nos Açores ultrapasse a margem que é dada pelo preço do leite ao produtor e pelo leite em pó no mercado continental.

A agravar esta situação, o Governo Regional cometeu o erro de não pôr em marcha uma política de qualidade, comercialização e diversificação.

Esta opção, aliada às condições caras e deficientes dos transportes, tanto inter-ilhas como com o continente português, levou a que os Açores estejam praticamente ausentes dos segmentos de mercado mais lucrativos dos lacticínios que são os produtos frescos e os queijos moles, e que, mesmo queijos tradicionais como o de S. Jorge, sejam hoje impedidos de penetrar no mercado americano.

Nestas condições, o aumento brusco da produção de leite, com base em vacas importadas, aliado à miragem especulativa activamente fomentada pelo Governo Regional não poderia ter outro fim, senão aquele que está agora perante os nossos olhos.

Depois de o Governo Regional ter sucessivamente afirmado que a culpa da crise era dos lavradores, das cooperativas e dos indus-

triais de lacticínios e que a sua política em nada era responsável, a crueza das situações de falência de inúmeros lavradores, a crise de pagamentos dos lacticínios e a perspectiva de uma forte penalização eleitoral próxima, levaram, finalmente, o Governo Regional a tentar emendar a mão, publicando a Portaria 10/91, de 26 de Fevereiro.

A Portaria chega, no entanto, tarde e a más horas. Ignora as situações concretas em que foram gerados os desequilíbrios financeiros que nesta data condicionam todo o sector e torna-se hoje claro que o Governo Regional terá de ignorar a sua letra se quiser que ela possa vir a ter qualquer influência desastrosa enfrentada por muitos agricultores.

O Governo Regional, como é seu hábito, monta apressadamente esquemas de subsídios à lavoura.

São os subsídios ao transporte de novilhos para o Continente. São os subsídios à importação de luzerna. É a renovação e a inflação de promessas que tem a habitual marca da época pré-eleitoral mas que não vão resolver rigorosamente nada quanto às perspectivas sombrias que se colocam ao sector.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

A presente crise da lavoura é, acima de tudo, uma crise anunciada.

Anunciada por década e meia de uma política de projecção partidária do PSD que não soube ou não quis compreender os desafios que se punham ao sector.

Anunciada pela contumaz atitude do Governo Regional que teima em não reconhecer os seus erros. Que persiste em pensar que ter política agrícola significa distribuir alguns subsídios especialmente em época eleitoral.

Crise anunciada que é a prova cabal que, sem alteração dos agentes políticos responsáveis pela governação dos Açores, não há saída possível para a agricultura açoriana, para os agricultores açorianos, para a autonomia regional.

Disse.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS, CDS e PCP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É fácil estar-se na oposição e é fácil, sobretudo, estar-se nos momentos que decorrem porque, na realidade, a envolvente internacional não comunitária não é favorável às

questões agrícolas e a envolvente comunitária também apresenta alguns problemas.

Por outro lado, as soluções que têm vindo a ser estudadas no seio da Comunidade, também em alguma extensão e em particular em regiões ultra-periféricas como a nossa, se têm mostrado, em alguns dos seus aspectos, ineficazes. Aliás, qualquer país da Europa que seja hoje percorrido, obviamente com as suas diferenças, apresenta problemas neste sector, problemas que derivam do mercado internacional, problemas que derivam de um crescimento exagerado, num determinado momento, que deu origem a excedentes que causam agora efectivamente problemas.

As soluções do mais variado cariz político têm-se mostrado, muitas vezes, de difícil aplicação.

A Espanha, governada pelos Socialistas há muitos anos, atravessa a sua maior crise agrícola de sempre.

A intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa revela alguns aspectos que nem sequer são novidade porque até por mim têm sido referidos. A manipulação de algumas situações, feita de forma...

(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: Eu respeitei a sua intervenção. Peço-lhe que respeite a minha!

...a manipulação de algumas situações, feita de forma habilidosa e com algumas mentiras pelo meio, levam-me a dizer-lhe que a envolvente do sector podia dividir-se em duas formas substancialmente diferentes: uma, a que eu chamaria a actual crise de mercado em toda a Comunidade para a qual nós vendemos, que foi, de certo modo, agravada nos últimos tempos de uma forma marcada, quer pela unificação alemã", quer pela "crise do Golfo", e, por outro lado, problemas de carácter estrutural que têm a ver com uma série de questões que o Sr. Deputado apontou e que não é a primeira vez que são apontadas na Assembleia e cuja velocidade de solução depende de mecanismos financeiros e de disponibilidades técnicas. Refiro-me até, concretamente, às infra-estruturas de base, como sejam, os caminhos de penetração, o abastecimento de água e de luz.

Vou "pegar", antes de mais nada, numa forma que foi referida pelo Sr. Deputado em relação aos números que caracterizam a evolução do sector.

Se comparando 1960 com 1990 se assiste a um abaixamento no sector primário de quase 30% e se repararmos, ao mesmo tempo,

que esse abaixamento percentual é feito à custa da terciarização dos Açores, poder-se-á concluir facilmente (qualquer pessoa do sector concluiria) que isto é benéfico para o sector primário.

Na realidade, uma das questões mais graves com que nos defrontamos a nível da agricultura, é a realidade de que não é possível sustentar por muito mais tempo um peso tão grande da população activa no sector. Daí que o seu abaixamento acentuado seja benéfico para o sector.

Por outro lado - e isto, enfim, não é uma questão de menor importância - as questões conjunturais (até parece que o Governo não tinha soluções para elas!) não são subsídios dados, tarde e a más horas, ou o acudir a um problema porque se avizinha uma campanha eleitoral: os subsídios são, tal e qual como na comunidade em que o Sr. Deputado está integrado, formas de atenuar essas crises. Isto passa-se quando, por exemplo, como no ano passado tivemos que suportar os encargos da intervenção do leite e lacticínios - é uma intervenção conjuntural face às questões de mercado; isto passa-se quando hoje somos levados a suportar a exportação de animais para o Continente, quer se trate de escoamento de refugos do sector ou se trate da exportação tradicional dos bovinos. Portanto, o Governo, estando atento à crise do mercado, apoia, através das Associações Agrícolas, o escoamento desses mesmos excedentes.

Mas, por estranho que pareça - e aqui não foi referido -, uma outra situação conjuntural que o ano passado nos afligiu e que decorreu da questão do mercado, este ano não se verificou: este ano praticamente todo o leite em pó produzido na Região encontrou escoamento no mercado. A preços mais baixos do que é normal? É verdade que sim, mas a preços que sustentam, objectivamente, o preço à produção que vem sendo mantido.

Mas quando se diz que ele baixou, esquece-se que nós não podemos estar fora de um contexto que é o seguinte: em toda a Europa as percentagens de abaixamento do preço à produção, com influência nos rendimentos, foram superiores à nossa.

Voltando a comentar algumas das questões que o Sr. Deputado levanta, e penso que nas questões de conjuntura estaremos conversados (penso que não serei aqui acusado pela oposição de que é por minha causa que também não chove!!!). Mas, de qualquer das maneiras, julgo que, em termos de questões conjunturais, temos vindo, sucessivamente, a resolver as situações, sabendo certamente

que há uma erosão dos rendimentos dos agricultores motivada por outras causas que não essas.

Vir aqui levantar a questão das taxas de juro, a essa não respondo, Sr. Deputado, porque ninguém nesta Região Autónoma tem a ver com a alteração das taxas de juro ou pode ter a ver com isso.

Essa é para mim a questão fulcral do processo da crise financeira conjuntural que se pode estar a viver neste momento, uma vez que quando se aplica um sistema de crédito à produção e os capitais próprios, indo à Banca buscá-los, custam 25% ou mais enquanto nos outros países custam 10% ou menos, é óbvio que estamos numa situação difícil.

(Aparte inaudível do Deputado Martins Goulart)

O Orador: Eu não estou culpando o Cavaco, Sr. Deputado! Não estou culpando ninguém! Esses apartes comigo funcionam muito mal! Aliás, podia também dar-lhe umas piadas acerca da sua intervenção sobre o POSEIMA e que também seriam interessantes...

(Risos do PSD)

Mas, voltando atrás, quanto ao problema do leite, ainda bem, apesar de alguns erros cometidos, que a produção nos Açores não cresceu como no Continente.

Na realidade, a produção do Continente aumenta muito mais do que a nossa, mas à custa do concentrado. Num sistema produtivo como o nosso, que tem que ser feito na base da forragem, é óbvio que não pode aumentar da mesma maneira. Seria uma loucura se aumentasse da mesma maneira! Nós estamos a forçar a produção de forragem aos seus limites máximos, tentando, obviamente, obter aumentos de renda à custa disso. Quando passarmos das 140 gramas de concentrado por quilo de leite produzido para 400 gramas que são as do Continente, estamos, nos Açores, a cometer um suicídio - o que eu não quero!

Portanto, os nossos aumentos foram feitos objectivamente à custa da produção de forragem, têm que ser feitos à custa disso, e não da mesma forma que o Continente o faz.

Quanto ao problema do preço de intervenção do leite em pó e a Comunidade e o preço da manteiga, Sr. Deputado, ou se diz tudo ou não se diz nada!

De facto, a harmonização dos preços leva a ter que baixar o preço de intervenção do leite em pó e a ter que subir o preço de inter-

venção da manteiga e, assim, o preço final fica equilibrado. O Sr. Deputado esqueceu-se da manteiga...

Mas vamos à aplicação da LOA. Evidentemente, surpreendeu um pouco a oposição a solução da "Quinta das Covas". Não fazíamos nada porque não tínhamos intrumentos técnicos. Contratámos uma empresa privada para fazer este trabalho e levamos na cabeça porque contratámos uma empresa privada!!!

(Risos do PSD)

Em que é que ficamos?!

(Aparte inaudível da bancada do PS)

O Orador: São os 150 hectares de S. Miguel, e não se pode dizer, Sr. Deputado, porque é demagógico fazê-lo, que é uma propriedade que passou a ter muitos donos quando tinha um só. O Sr. Deputado esquece-se que tinha lá quase duas centenas de rendeiros...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Papa lá essa!

O Orador: ...e que o que nós fizemos foi comprar a propriedade, fazendo reordenamento fundiário, levando os rendeiros a ter acesso a essa propriedade. De forma alguma ela foi espatifada ainda mais, Sr. Deputado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas não se falou nos 4 mil hectares cujo estudo de reordenamento está quase pronto na bacia leiteira de Ponta Delgada; não se falou nos quase 300 hectares que na Terceira vão arrancar também com a mesma operação; não se falou nas infra-estruturas de base, em termos de planeamento físico da bacia leiteira/agrícola da Ribeira Grande e de que, no final do ano, apresentámos o projecto!

Estamos atrasados? Contra isso eu não tenho resposta, mas estamos no bom caminho.

Se não havia na Região e poucos havia no País (á não ser que os Srs. os tivessem escondidos no seu partido) gente capaz de enfrentar tecnicamente operações de reordenamento fundiário tal e qual como nós o estamos a fazer, foi preciso contratá-los. Foi de facto uma surpresa para os Srs. a "Quinta das Covas". Os Srs. não estavam à espera disso!

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Quanto aos caminhos de penetração, andamos devagar? Andamos! Precisamos de andar mais depressa? Precisamos! Mas em 1980 havia 350 quilómetros de caminhos de penetração, em 1990 há 840... e não se fez nada?!

(Risos do PSD e do Governo)

Deputado Oliveira Rodrigues (PS): Não se cumpriram as metas do Plano!

O Orador: Muito obrigado, pela sua preocupação!

Agora entramos numa questão que de facto, não tem resposta, ou seja, a minha resposta a essa questão devia ser mesmo assim: "Sr. Deputado, estou de acordo consigo! O que é que o Sr. quer mais?" E acabava-se a interpelação. Isso prende-se com o problema do abastecimento de água e electrificação.

E óbvio que nós temos nos Açores uma situação um bocadinho diferente daquilo que é o resto do mundo. Aí somos mesmo específicos!

Diga lá em voz alta, Sr. Deputado...

Deputado Martins Goulart (PS): Muito mal governados durante 16 anos!

O Orador: E verdade que sim! O Sr. quando chegar dá-se o "milagre dos pães"!

Mas vejamos o que se passa nos Açores:

Nós temos uma situação nos Açores relativamente à qual a agricultura é altamente penalizada. Enquanto que no resto do mundo estas situações de abastecimento de água e de luz acompanham o estabelecimento do homem e, por sua vez, a estrutura produtiva, nos Açores, não é possível fazer isso, ou seja, as pessoas vivem à beira-mar, a exploração faz-se no interior e ninguém vive na exploração. Isto é verdade! Não se encontra, que eu saiba, em nenhuma parte do mundo! Daí que o esforço financeiro que se faça no sentido de abastecer as populações de água e de luz, obrigue a uma duplicação de esforço financeiro quando se fala, objectivamente, da produção pecuária. Ora, o esforço financeiro que estamos fazendo no sentido de encontrar soluções, deu um passo gigantesco, quer em S. Miguel, quer na Terceira, pelo estabelecimento de novos projectos que, tenho a certeza, vão, a curto prazo, solucionar alguns destes problemas.

Uma outra questão levantada (e então aí que me desculpe o Sr. Deputado, a não ser que alguém tenha feito a afirmação porque se o fez, enfim, não o devia ter feito, mas eu não fui de certeza absoluta) foi a que diz respeito ao leite que, quando não se destina ao consumo em natureza, não precisa de refrigeração.

Bem, isso é uma mentira, porque ninguém na minha Secretaria, ou eu próprio, pode ter dito isso! Qualquer leite precisa de refrigeração. Mas a refrigeração é consequência daquilo que eu há pouco apontei e que tem a

ver com o consumo de electricidade e de água.

Relativamente a essa história da Base das Lajes e do leite para abastecimento dos americanos e da sua falta de qualidade, devo dizer-lhe, para já, que os americanos já consumiram lacticínios dos Açores (numa altura em que até as questões da qualidade eram muito mais graves do que se possa imaginar) e deixaram de consumir por uma questão pontual da qual se serviram depois para, por razões comerciais, não voltarem a comprar-nos leite. Essa questão deles não consumirem o leite dos Açores, nem o queijo dos Açores, tem a ver com outras questões que não a da qualidade. Eles não consomem a carne porque o "matadouro não tem condições para abater para os consumidores americanos", não consomem o leite por causa da brucelose, mas eles vão aos nossos restaurantes e comem a nossa carne, o nosso leite e o nosso queijo!!!

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Foi-lhes garantido que seria possível fornecer, em qualidade, os produtos que eles queriam adquirir só que eles, por razões comerciais, não o querem fazer. Esperemos que essa alteração se verifique!...

Gostava também de saber se a receita que o Sr. Deputado aqui apresenta de que os nossos industriais de lacticínios deviam passar a produzir produtos frescos e queijos frescos (essa era a diversificação que o Sr. queria) para enfrentar o mercado, sinceramente...

(Aparte inaudível da bancada do PS)

O Orador: Está escrito!

(Risos do PSD e do Governo)

Mas, como ia dizendo, gostava que os Srs. me dissessem como é que a vossa diversificação é apenas o queijo fresco...

Deputado Martins Goulart (PS): O Sr. não minta! Ele disse queijos moles.

O Orador: Queijos de pasta mole são queijos frescos!

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Como é que isso era possível?

Deputado Martins Goulart (PS): O Sr. não está a ser sério!

O Orador: Por que é que não estou a ser sério?

(Aparte inaudível da bancada do PS)

O Orador: Onde é que eu não estou a ser sério? Diga lá!

Deputado Martins Goulart (PS): O Sr. falou em queijo fresco e o Sr. Deputado...

O Orador: Falou em quê?

Deputado Martins Goulart (PS): Falou em queijos moles!

O Orador: E a mesma coisa, Sr. Deputado!
(Risos do PSD e do Governo)

O Sr. de facto sabe é de matemática! Disto percebe pouco!

Deputado Martins Goulart (PS): Disso e de mais coisas. Sei muito mais do que o Sr. pensa!

O Orador: Ninguém disse...

(Protesto inaudível do Deputado Martins Goulart)

O Orador: Tenha calma! Aliás, até gostava que isto fosse transmitido era na íntegra, como os desafios de futebol!

De qualquer das maneiras, o Sr. Deputado levantou a questão de que o Governo acusava os lavradores e os industriais da crise.

Ninguém acusou nem os lavradores nem os industriais da crise! Nós sempre dissemos a mesma coisa.

Voltando à história do saneamento financeiro, que o Sr. Deputado diz que veio tarde e a más horas, vejamos em análise o que é que nos dão os primeiros números desse mesmo saneamento financeiro: verificamos que, quando o Governo decidiu que era para compra de terras, compra de equipamento e compra de animais, a esmagadora maioria dos casos que estamos a analisar caem precisamente dentro da compra de terras e dentro da compra de animais.

O Governo "quando disse porque está em causa a quota", gostaria de perceber por que é que a negociação da quota, segundo o Sr. Deputado, é uma má negociação para os Açores. Não há ninguém, na história da Comunidade, que tenha conseguido para os seus lavradores o valor da quota que nós temos.

Mas, voltando ao saneamento financeiro, os números que temos ao nosso dispor apontam precisamente para o que referi, o que vem objectivamente demonstrar que, quando actuámos, actuámos devidamente e actuámos correctamente. Mas, voltando ainda à questão de dizermos que os lavradores ou os industriais eram culpados, o que nós sempre dissemos é que havia casos, que podemos até referir especificamente, em que ao Governo não podiam ser imputadas culpas pelos problemas financeiros que esses casos atravessaram, como também ao Governo não podem ser imputadas culpas quando, dando subsídios de transporte para aquisição de vacas, as pessoas exageraram nas aquisições e compraram acima das possibilidades de gerar rendimentos

na própria exploração. Aliás, os subsídios que nós temos ao transporte dos animais, não foi mais do que ir atrás das solicitações das Associações Agrícolas nessa altura.

Quanto à aplicação do 797 - para terminar a minha intervenção por agora - devo dizer que chegámos ao dia 25 de Junho de 1991 com um 797 cujos montantes globais de incentivo ao investimento andam à volta dos 3 milhões de contos. Mas estes 3 milhões de contos não são, de facto, a realidade porque se nós adicionarmos o conjunto de instrumentos financeiros que fomos pondo em marcha precisamente para ultrapassar as dificuldades que o 797 colocava, vamos chegar a números substancialmente diferentes. Aliás, a própria portaria que contempla os incentivos às chamadas "salas de ordenha" - que também o Sr. Deputado criticou - atribuiu valores muito perto de meio milhão de contos de subsídio para um valor de investimento de cerca de 760 mil contos.

Sr. Deputado, objectivamente atravessamos momentos difíceis. Há muitas áreas em que, de facto, gostaríamos de ter andado muito mais depressa; há situações que necessitam correcção, mas que não dependem só de nós. O POSEIMA (já não sei como o hei-de adjetivar) é um instrumento que poderá ficar na história dos Açores como um mecanismo capaz de ultrapassar alguns desses problemas.

- Existem dificuldades? Existem.

- Em algumas áreas necessitamos de andar mais depressa? É verdade.

- A situação da agricultura dos Açores em alguns dos seus aspectos não se diferencia das outras? É verdade.

Mas nós não estamos aqui como um bando de pessoas que nada sabem fazer, que nada pensaram, que nada fizeram. A verdade é que, se pudéssemos, seria possível demonstrar, através de auscultação directa da produção, que há muito mais gente que, apesar de tudo, compreende que estamos bem, do que ao contrário.

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, estão abertas as inscrições para o debate que se vai seguir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu quase que me podia dispensar de pedir a palavra: aquilo que eu levei, não sei se um quarto de hora a dizer e a demonstrar, o Sr. Secretário acabou por finalizar e reconhecer,

no final, de que "atrasos houve", "estrangulamentos há", "gostávamos de ter andado mais depressa mas não conseguimos", "o resto dos problemas estamos a tentar resolver", "estamos a avançar", "estamos a arrancar".

É a mesma terminologia a que nos habituámos a ouvir. Quando se fala do passado, o problema é que temos que pensar no que, por exemplo, na apresentação do Programa do Governo foi considerado essencial pelo mesmo Sr. Secretário, que agora nos vem traçar um quadro de evolução conjuntural com o qual não tiveram nada a ver, que a manutenção dos rendimentos dos agricultores era um objectivo deste Governo, consagrado no Programa, aprovado nesta Assembleia. O que nós temos que dizer é que efectivamente este Governo não conseguiu esse objectivo, como acaba por reconhecer que não conseguiu nenhum dos objectivos que se tinha proposto para alterar estruturalmente a agricultura açoriana. O que nós dizemos - e o mais grave de tudo isso - é não conseguir esta alteração que, na verdade, foi reconhecida pelo Sr. Secretário e que foi demonstrada por mim, inclusivamente dizendo que eu repetia coisas que ele já tinha dito.

É evidente que, na fase do diagnóstico, o Sr. Secretário diz o mesmo que a oposição diz e na fase das desculpas diz que não tem culpa absolutamente nenhuma. É óbvio que o Sr. Secretário não está fazendo política agrícola para a solução dos problemas: está fazendo política agrícola para aqui nos vir dizer que se propõe determinadas metas mas que, ao mesmo tempo, se desculpa, dizendo que não as conseguiu, reconhecendo humildemente que não as conseguiu, quer em relação aos problemas estruturais, quer em relação aos problemas conjunturais.

Aquilo que ele disse em relação a habilidades, em relação a mentiras também ditas mas não demonstradas, não vale a pena refutá-las porque também se ficaram pela afirmação genérica de que havia mentiras, de que havia falsidades e não vale a pena estar a refutar essa acusação no sentido genérico. O que é mais grave não é este Governo não ter conseguido resolver os problemas porque isso até nós aceitávamos mas é que, ao mesmo tempo que não conseguiu resolver os problemas, conseguiu desacreditar dois modelos de alteração destes problemas que a agricultura e os açorianos acreditaram: um foi a autonomia que as pessoas julgaram que iria e teria capacidade e virtualidades para resolver os problemas do atraso crónico da lavoura, da agricultura e das outras áreas de acti-

vidade. A gravidade está nessa situação simultânea: não resolveram os problemas, desacreditaram a autonomia; não resolveram os problemas, desacreditaram a integração na CEE, não actuando nos momentos próprios, criando crivos, atrasos, desfasamentos e dificuldades na aplicação das medidas estruturais.

Isso também foi aqui reconhecido, mas não foi prometida nenhuma novidade nem nenhuma promessa de solução para estas situações.

Ora, neste quadro todo o Sr. Secretário ainda tem a coragem de dizer que nós ficámos surpreendidos com o IROA, que fez o emparcelamento ou o semi-emparcelamento ou o ordenamento (não se sabe bem o que é), de 140 hectares, conseguindo uma média de exploração de 2 hectares que é inferior à média das explorações existentes nos Açores, **brilhantemente** depois de ter sido criada em 85 ou 86 como uma estrutura leve que não podia ser Instituto; 3 ou 4 anos depois tinha que ser Instituto porque era necessário dinamizar, era necessário actuar, era necessário ter técnicos para fazer essas coisas; tempos depois recorre a uma empresa pública, uma lei orgânica, tem esses técnicos - são 9 ou 10 técnicos-superiores - para fazer esse emparcelamento; anos depois é publicada no Jornal Oficial uma Portaria que reconhece que o IROA, 7 ou 8 anos depois de ter sido criado com essas cautelas todas para não sobre-carregar, para não ser uma estrutura, para ser eficaz, para conseguir os objectivos, não é ele que tem capacidade para isso (é curioso também porque um Instituto tem capacidade financeira) e faz-se um contrato com uma empresa porque o Instituto que nós criámos aqui para fazer tudo isso não tem capacidade para o fazer 6 anos depois?!

É evidente que ficámos surpreendidos com este IROA e com os benefícios e as maravilhas que a LOA conseguiu trazer à agricultura açoriana. Ficámos, de facto, pasmados! Não precisamos de habilidades, não precisamos de falácias, não precisamos de mentiras: precisamos apenas de ler a realidade e de lê-la com esta tristeza simultânea, que a evolução estrutural da agricultura açoriana não deu os passos que devia ter dado - não os deu por ineficácia de dois instrumentos que as pessoas acreditaram que dariam.

O que temos assistido, e isso foi dito e pode ser aqui repetido, é que a solução era a Loa (foi a Loa em 85); depois a solução foi o PEDAP; depois a solução foi o REGIS; a solução agora é o POSEIMA. Estamos efecti-

vamente à procura de um "abre-te Sésamo", a pouco e pouco, à procura sempre de uma fuga para a frente porque adiante é que está o paraíso que nós já sabemos que é a miragem...

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Miragem é a vossa!

O Orador: ... comandada e preparada pelos mesmos responsáveis durante 15 anos.

Está na hora de acabar com a miragem em que nem os próprios que aqui vêm prometer acreditam porque, depois, têm que vir pedir desculpas por aquilo que prometeram e não conseguiram realizar!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

De facto, estou derrotado. Não consigo ter essa habilidade. Gostava de ter, mas não consigo!...

O IROA, quando foi criado, não havia linearmente nada feito na Região referente aos instrumentos essenciais para se estabelecer uma política fundiária; não havia carta de solos, não havia carta de capacidade de uso. Tudo isso está feito e o Sr. Deputado diz que não se fez nada.

Quando se chegou à fase de se poder entrar na reestruturação fundiária, tivemos que contactar alguém capaz de o fazer devidamente. E o que estamos fazendo! Como é que não se fez nada?!

Aliás, se há uma derrota vossa - uma vez que andaram todos os anos a gritar contra a reestruturação fundiária - é precisamente nesta área porque, finalmente, temos todos os instrumentos que os Senhores sabem que não tínhamos e já os temos. Isso foi feito pelo IROA, Sr. Deputado!

(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: Há 5 anos, Sr. Deputado, quando noutros sítios se levam dezenas de anos. O que é que o Senhor Deputado quer? Quer dizer que não estava feito? Obviamente que não estava. Mas nós fizemo-lo!

Então somos culpados por não ter feito e por fazer?! Pelo amor de Deus, Sr. Deputado! Não consigo ter essa habilidade, essa demagogia.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Aldrabice!

O Orador: Por outro lado, como é que se pode confundir e pôr no mesmo discurso polí-

tico (que é o que o Sr. Deputado fez aqui nesta Casa) o IROA, o PEDAP, o POSEIMA, que são coisas substancialmente diferentes e não têm nada a ver umas com as outras? Do PEDAP já esgotámos as verbas todas da fatia que nos era concedida. Não podemos pedir nem mais um escudo à Comunidade porque já estão elaborados todos os instrumentos que esgotam essas verbas.

Em relação ao POSEIMA, que foi negociado por nós, que contém aquilo que o Governo Regional se bateu até ao fim para lá estar e que, afinal, os Deputados Socialistas no Parlamento Europeu viram as suas coisas muito mal "contempladinhas", tal e qual como eu aqui disse, já não é um instrumento bom, mas não tem nada a ver com o resto, Sr. Deputado. O Sr. Deputado, fundamentalmente, utiliza a demagogia e o discurso da confusão para confundir as pessoas quando não diz a verdade. A verdade é a que eu lhe acabei de dizer.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Srs. Deputados, tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Valadão.

Deputado Manuel Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nesta interpelação gostaria de levantar algumas questões ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Antes, porém, gostaria de tecer dois ou três comentários a algumas afirmações do Sr. Deputado Dionísio de Sousa porque há, efectivamente, coisas que eu não sou capaz de compreender.

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa considera que um aumento de 48% na produção de leite nos Açores, nos últimos 9 anos, é um atraso crónico. Não consigo perceber como é que se conciliam estas duas coisas.

Por outro lado, também acho estranho que se defenda (e ainda bem que o Sr. Deputado compreendeu!) que, afinal, nós podemos tirar vantagem daquilo que temos na nossa Região, ou seja, produzir leite mais barato através da erva, mas também não se percebe como é que considera que há um aumento de 48% e há 4 ou 5 anos atrás (aí em 83 ou 84) o Sr. Deputado era um ferrenho defensor da diversificação cultural que, no seu entender, era de tudo o que fosse contra aquilo que o Sr. Deputado chamava a "monocultura da vaca".

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, não se percebe muito bem que agora seja um defensor acérrimo da produção de leite.

O Sr. Deputado também demonstra alguma falta de conhecimento de certas questões. Aliás, já na última sessão legislativa, por conta daquilo que se chamava o "assunto da exploração", se verificou esse tipo de confusão, ou seja, o Sr. Deputado volta-se um pouco e faz até um pouco de drama contra as instalações de "ordenha móvel" quando sabe perfeitamente que é a solução que nós temos (porque não temos outra solução) para se fazer uma ordenha nos Açores.

Ora, o Sr. Deputado, na sua intervenção, indicia que nos outros sítios toda a gente tem instalações fixas e nos Açores os coitadinhos dos nossos agricultores não podem ter instalações fixas, têm que apanhar chuva.

É evidente que a dispersão da propriedade (e isso é mais do que evidente) obriga às instalações de "ordenha móvel" como forma de solução para este problema.

Mas gostaria de levantar aqui três ou quatro questões, nesta interpelação ao Governo, ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas que vêm na sequência ao fim e ao cabo, da aplicação da política seguida pela portaria.

O 797 foi um regulamento de alguma aplicação difícil no País e na Região como forma de resolver o problema de rendimento dos agricultores.

A Secretaria Regional da Agricultura e Pescas utilizou um determinado tipo de instrumentos, através de portarias, nomeadamente para as "salas de ordenha", para subsídios à motomecanização, mas, muito recentemente, a Portaria 10/91, de 26 de Fevereiro, que é a do saneamento financeiro às explorações agro-pecuárias.

O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas na sua intervenção - e devo-lhe dizer que fez uma intervenção clara, explicando situações, demonstrando que está por dentro do sector - disse que adiantaria alguns números sobre esta portaria. Ela termina no dia 30 deste mês.

Assim sendo, eu gostaria de saber o ponto da situação desta portaria, nomeadamente quanto às expectativas criadas, ao comportamento da lavoura, ou melhor, à receptividade da lavoura a esta portaria e se o Sr. Secretário tem conhecimento de que ainda há uma série de agricultores com projectos numa fase de conclusão que, dificilmente, vão conseguí-lo até ao prazo que está estipulado e se há ou não possibilidade do alargamento

da portaria por um período razoável de tempo que, compreendemos, não pode ser muito alongado, mas por forma a permitir que alguns dos agricultores que naturalmente têm dificuldades na elaboração desses processos - que para ele são complicados - possam ainda recorrer e, digamos, não serem defraudadas as expectativas que foram criadas, até porque estão praticamente na fase de conclusão desses projectos.

Outro aspecto que eu também gostaria de salientar é o de que, efectivamente, existem dificuldades na agricultura dos Açores - e isso ninguém esconde.

Essas dificuldades surgem, por exemplo, quando, na Terceira, o pagamento do leite à lavoura está atrasado 5 ou 6 meses. As razões que levam a isso são reconhecidas (e eu não vou estar aqui a explorá-las e a anunciá-las), mas gostaria de saber o comportamento do Governo quanto a um relacionamento mais estreito com as Cooperativas de Lacticínios, e mesmo com as fábricas privadas, por forma a se encontrar uma saída global, demonstrando, assim, a vontade expressa do Governo de acelerar algumas das soluções.

É evidente que o problema, de momento, está resolvido; a Secretaria tem tido, bem como o Governo Regional, uma intervenção clara quanto à intervenção dos produtos, mas nalguns dos aspectos em que principalmente as Cooperativas têm dificuldades, ou seja, na comercialização dos produtos, talvez uma acção conjugada das próprias Associações Agrícolas contribua para que, na procura de melhores mercados e na procura doutros mecanismos que possam resolver este problema da comercialização, se consiga, num esforço conjunto, concertado e comum, encontrar soluções - e esta parece-me também uma boa forma de apoio.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação à Portaria 10/91, relacionada com o saneamento financeiro, até à data apenas entraram na Secretaria Regional da Agricultura e Pescas 30 processos. Isso faz com que a gente tenha que prolongar a vigência da portaria até ao final do mês de Julho, pois sabemos que na posse das Associações Agrícolas se encontram mais algumas dezenas de processos.

E, no entanto, interessante verificar que, desses 30 processos, 22 são de S. Miguel e

8 da Terceira. E eu gostaria de referir isto porque a manter-se esta tendência, Sr. Deputado, nós estaremos perante um facto de inegável importância em relação àquilo que se chama "a grande crise" na lavoura.

Devo referir também que dos 30 processos entrados apenas 6 se referem a montantes de dívida acima de 10 mil contos e apenas 1 atinge 25 mil, ou seja, a manter-se esta tendência percentual destas situações, é provável que a percentagem de montantes em dívidas exageradas seja menor do que se pensava à primeira vista.

De qualquer das formas, se analisarmos estes 30 processos entrados, cujo valor do montante e de dívida é de cerca de 190 mil contos, nós vamos verificar que, em relação à percentagem do investimento em valor, 36% se refere à aquisição de terras, 40% à aquisição de animais e 23% à aquisição de equipamento. Se fizermos a percentagem do investimento em relação ao número de produtores, temos 26% em relação à aquisição de terras, 48% em relação à aquisição de vacas e 25% em relação a equipamento. Vamos, pois, verificar que a aquisição de vacas leiteiras, quer na percentagem em relação ao valor global, quer na percentagem em relação ao número de produtores, se mostra mais significativa.

Já tínhamos pensado no prolongamento do prazo de entrega porque as informações que temos, quer das Associações Agrícolas, quer das entidades bancárias envolvidas, apontam nesse sentido.

Quanto ao entendimento com os industriais de lacticínios, eu penso que é possível avançarmos bastante em algumas áreas. Recentemente tive uma reunião com os responsáveis da ANIL/AÇORES sobre esta matéria e é possível avançar-se em áreas extremamente interessantes relacionadas com a comercialização dos produtos e também com o "marketing" dos produtos em mercados não tradicionais.

Chamo, no entanto, a atenção para o facto do Governo ter em aplicação na Região um instrumento financeiro - que é o que sucede ao 355 como financiamento à indústria transformadora - cujos montantes a fundo perdido são, neste momento, da ordem dos 65%. Isto significa que, inclusivamente, se os industriais, quer Cooperativas, quer industriais privados, entenderem que a sua estratégia comercial, a sua estratégia fabril deverá ser alterada, não é por falta de instrumentos financeiros que não o fazem. Aliás, muito recentemente, e ainda no âmbito de um ins-

trumento financeiro que era o 355, foram contemplados, só em S. Miguel, investimentos para a modernização de postos de recolha da ordem de 1,5 milhões de contos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Lopes.

Deputado José Gabriel Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria lamentar a forma como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas terminou a sua primeira intervenção. Aliás, ela vem na sequência daquilo a que ele já nos habituou nesta Casa, atribuindo responsabilidades a factores externos, como sejam, a crise do Golfo, a unificação alemã, a elevada taxa da população activa, etc..

Sr. Secretário, muito sinceramente, numa altura em que há muita gente que quer comer e já nem as mercearias lhe vendem nada, em que há pessoas que até já passam fome, o Sr. Secretário termina a sua intervenção dizendo que há muito mais gente que está bem do que os que estão mal?! Então, o Sr. Secretário quer dizer que os que estão bem são bons, os que estão mal não prestam porque não souberam administrar a sua vida e, assim sendo, acaba-se com eles?!

Também não queria deixar passar aqui em claro parte da pergunta que foi feita pelo Sr. Deputado Manuel Valadão. E, de facto, uma pergunta combinada, é uma estratégia montada, o que não nos admira nada...

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD e do Governo)

O Orador: Porque é que nos Açores há "ordenhas móveis" e não há "ordenhas fixas"?! -

Porque não foram criadas as condições em infra-estruturas (em caminhos, em luz, em água) para que os lavradores pudessem ter "ordenhas fixas" com a necessária refrigeração.

Era só. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa porque posso não ter percebido bem.

O Sr. Deputado disse que o "plafond" das quotas leiteiras é que era a causa da actual crise da agricultura. Não sei se ouvi bem ou não e, portanto, gostaria de ser esclarecido.

Gostaria também de lhe dizer que o Sr. Deputado está faltando à verdade quando diz que não se aceita queijo de S. Jorge nas nossas comunidades. E digo-lhe que não é devido à brucelose, pelo menos é a minha dedução lógica, uma vez que a brucelose em S. Jorge já não tem aquele grau que tinha há uns anos atrás, ou seja, tem diminuído bastante.

E óbvio que houve outros factores, houve alguns intermediários que não gostaram que os exportadores de São Jorge fizessem a exportação directamente e causaram-nos alguns problemas. Mas a exportação vai continuar.

Relativamente à questão da brucelose, gostaria de lhe perguntar se o Sr. Deputado concorda ou não que a erradicação da brucelose se tem feito nesta Região e que a sua taxa baixou significativamente.

Quanto ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, parece-me que, nesta interpelação que o Partido Socialista faz (e não sei se o conjunto da oposição) a esta Casa, há algumas questões que são importantes para esta Região e que aqui não foram mencionadas. Para mim, julgo que a procura de novos mercados para o sector do leite e da carne é uma das acções mais importantes que é preciso levar a cabo nesta Região.

Assim sendo, eu perguntaria se o Governo está sensibilizado para esta questão, se está disposto a colaborar com os industriais ou com as Cooperativas para que se procurem novos mercados.

Penso que, na época em que vivemos e devido às questões que se prendem com a comercialização, com o "marketing", com essa agressividade que a Europa nos vai trazer, o Governo deve estar sensível a essa questão da procura de novos mercados.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Aproveito para saudar daqui a bancada do Governo que, ao longo destas últimas sessões, não tínhamos tido o prazer de ver aqui nesta nossa agradável companhia e, assim sendo, não podia deixar de me congratular com a presença do Sr. Presidente e dos Srs. Membros do Governo nesta Sessão, embora, enfim, obrigatória para o efeito, mas de qualquer maneira sempre muito agradável.

Relativamente às respostas dadas pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, Adolfo Lima, queria só registar e combater um pouco a sua modéstia porque, por vá-

rias vezes, revelou a sua aparente inabilidade para estas coisas da política e sobretudo do debate.

Eu queria manifestar a minha opinião contrária e reconhecer que o Sr. Secretário tem patenteado, ao longo destes anos, uma grande habilidade porque, caso contrário, na minha óptica, seria muito difícil ou mesmo impossível manter-se como primeiro responsável do Governo Regional pelo sector agrícola dos Açores e chegarmos à situação a que chegámos depois de não sei quantos anos (perto de uma dúzia de anos porque sempre me lembro de ver o Sr. Secretário à frente do sector agrícola dos Açores) e com as coisas que têm existido ao longo destes anos, algumas aparentemente difíceis, o Sr. Secretário teve sempre a habilidade (permitam-me que use o termo) de, jogando com as situações, jogando com a complexidade do nosso sector agrícola, das suas estruturas, manter-se um pouco em cima da onda. Pela minha parte tem os meus parabéns.

Agora, o que me parece é que há de facto questões e a nossa preocupação é contribuir um pouco para que esta Assembleia reflecta sobre elas, porque o facto do Partido Socialista ter escolhido o sector agrícola para esta interpelação, julgo que criou, com legítima expectativa, na opinião pública uma atenção muito especial por estes trabalhos. Nós compreendemos que a componente política é muito forte numa interpelação e num debate. Pela nossa parte iremos relevar mais questões de pormenor e questões concretas, se possível, na medida em que ainda há pouco tempo saímos de um debate mais político - o dos Planos e Orçamentos - e vamos ter daqui a dias mais alguns e em relação a essa matéria é conhecida a nossa postura, fortemente crítica, relativamente à política do Governo Regional nesse domínio.

Daí que gostássemos que, concretamente, o Governo Regional nos desse informações quanto à sua perspectiva relativamente à crise do sector na Região, quer na óptica conjuntural - e já foram aqui abordadas matérias nesse domínio -, quer também na óptica estrutural. E dava alguns exemplos que me parecem significativos, embora um ou outro já aqui focado no caso do Sr. Deputado Manuel Valadão.

Relativamente à situação do leite - e foi aqui referido o caso da Ilha Terceira pelo Sr. Deputado do Partido Socialista, José Gabriel Lopes - neste momento a situação, que eu saiba, não é nem de 5 nem de 6 meses - neste momento foi pago à produção o mês de Janeiro

ro. Portanto, o atraso efectivo, pessoalmente considero que é de três meses, dado que há uma tradição de, pelo menos, um mês e meio ficar dentro - como dizem os nossos lavradores. Há, de facto, 4 meses por pagar (Fevereiro, Março, Abril e Maio), embora, tradicionalmente fosse só de exigir o pagamento de 3 - pelo menos a lavoura contentar-se-ia com isso.

E também do domínio público que quando chegarmos a Outubro o desfásamento será de 6 meses. Julgo que seria esse número que o Sr. Deputado Manuel Valadão talvez tivesse no subconsciente porque há a certeza de que em Outubro o desfásamento será de 6 meses. Por parte da União das Cooperativas - da UNICOL...

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Está a falar na Terceira, não é verdade?

O Orador: Estou a falar na Terceira porque é um dos exemplos mais graves neste momento. Eu, pessoalmente, tenho informações em matéria de leite sobre o conjunto da Região e o caso da Terceira é realmente o mais grave, embora haja ilhas onde o pagamento está ao nível de Março, havendo até uma unidade que só pagou o mês de Fevereiro.

Ora, todos nós sabemos que o motivo dessa situação reside no facto da UNICOL já ter anunciado que está pagando meio mês e, assim sendo, esse desfásamento em Outubro ou Novembro ficará nos 6 meses, ou seja, em Novembro estará pago o mês de Março.

Relativamente à empresa concorrente - há outra empresa que tem cerca de 40% do leite (a ELA) - a tendência vai ser, naturalmente, a de seguir o comportamento financeiro da UNICOL. Julgo que as situações não serão semelhantes sob o ponto de vista de situação económica-financeira de cada uma das empresas, só que motivos financeiros devem predominar na gestão e, portanto, o tradicional é a empresa privada seguir o comportamento, no pagamento aos fornecedores, por parte da UNICOL.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta situação tem que merecer, para além do problema regional, uma particular reflexão por parte de todos nós e julgo que não pode ser tratada assim com a ligeireza que se pretende imprimir ao facto. A nossa perspectiva nesta interpelação é a de que se troquem impressões e se faça aqui um diálogo sério sobre este "drama" - como já foi aqui anunciado.

No que toca à questão da carne, também

já foi dito, a tendência da cotação do produto final é a quebra que se deu e que se está dando, neste momento, ao nível da cotação da carne.

É verdade que o Governo Regional não tem culpa do mau ano agrícola derivado da seca, só que não podemos deixar de ter em conta que esses factores se interligam, na medida em que a seca, também essa, infelizmente, é história, e infelizmente para nós não vai ser em Julho e Agosto que vai chover porque se não choveu na época em que devia chover, possivelmente não será nem em Julho nem em Agosto.

Mas, seja como for, é prudente imaginar que possa não chover. Daí que a situação - e isto em linguagem muito simples - é a de que os nossos lavradores não têm ou têm muito menos alimentação para dar ao seu gado do que teriam normalmente; a necessidade de tirar cabeças de gado é maior; o mercado apresenta posições das mais baixas de sempre, com quebras de 30, 40% e mais em relação a preços que se praticavam há 3, 4 e 5 anos.

Tenhamos que convir que a situação é dramática sob o ponto de vista económico e que as consequências financeiras são, na nossa perspectiva, imprevisíveis.

Pergunta-se:

- Qual é o papel do Governo nesta matéria.

O Sr. Secretário referiu há pouco que o Governo agiu, que fez o que está no âmbito das suas competências: apoiou as Associações Agrícolas na intervenção para regularizar o mercado.

Sr. Secretário, sobre essa matéria gostaria de lhe colocar algumas objecções.

Pelas informações que possuo, a intervenção que o Governo fez, apoiando as Associações quanto à exportação de gado, não se traduziu num esforço de regularização do mercado e de preços mas, sim, numa forma de distorção do mercado. E vou tentar explicar porquê:

Se o Governo apoia a intervenção de uma Associação no mercado e ela coloca a carne no Continente nos mesmos circuitos que os comerciantes de gado estavam colocando pelos mesmos preços que esses circuitos estavam comprando aos comerciantes de gado, o Governo limitou-se a dar um subsídio indirecto aos lavradores da Terceira que exportaram o seu gado através da Associação porque não valorizou em nada o produto final no destino. Portanto, a Associação vendeu em Lisboa a carne nos mesmos sítios em que os co-

merciantes privados estavam a vender e pelo mesmo preço com uma diferença: é que a Associação de Lavoura pagou melhor aos agricultores. No fundo, distorceu o mercado, criou dificuldades enormes aos comerciantes de gado e corre um risco, que seria a reacção desses comerciantes de gado a essa política do Governo. E uma reacção simples poderia ser, pura e simplesmente, deixarem de operar durante algum tempo e, como é uso dizer-se, "o menino ficava nos braços" da Associação e da Secretaria.

Ora, uma intervenção pontual e com estas características, permita-me, Sr. Secretário, parece-me desastrosa, não tendo, além disso, nenhuma perspectiva de continuidade. Que eu saiba, foi pontual e, de resto, até compreendo. Acho que não está em perspectiva ser o Governo Regional a assegurar a comercialização da carne nos Açores - no caso concreto onde havia a maior crise, ou seja, na Ilha Terceira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria aqui discordar frontalmente da política ensaiada pelo Governo Regional com as Associações, enquanto ela se circunscreve a este quadro. Eu quero que o Governo Regional ajude as Associações a procurar novos mercados, mas sem concorrência desleal para com os comerciantes de gado. Pelo contrário, obrigando-os a que eles não abusem do problema do escoamento do gado das nossas ilhas. Infelizmente isto acontece: comerciantes menos escrupulosos que se aproveitam da crise, que se aproveitam da seca para forçar a baixa da cotação da carne junto do produtor. E aí é que é preciso intervir, Sr. Presidente e Srs. Deputados! Aí é que é preciso para que a carne deixe de ser comprada a 260\$00 e passe para 280, para 300 ou para 300 e tal ou para o que for! Não é falseando os circuitos existentes!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Neste quadro, e como já foi aqui dito por um colega deputado, os efeitos multiplicadores desta crise na economia afectada por essa situação são efeitos em cadeia: há situações no comércio retalhista da Ilha Terceira, neste momento, que são de rotura; há famílias que nunca tiveram em atraso os seus pagamentos ao comércio e que, neste momento, não podem pagar; ao nível dos centros de distribuição de combustíveis à lavoura há situações de irregularidades de pagamento por parte dos empresários agrícolas cumpridores e sérios. Só que se as pessoas não recebem o seu leite, se não têm possibilidades de escoar o seu gado, nuns casos, a tempo e horas (havia

cerca de 1500 a 2000 cabeças de gado a aguardar escoamento da Terceira), se aqueles que o fazem é a preços significativamente baixos, é óbvio que a rotura é evidente. Ademais o recurso (e eu estou a ver isto numa perspectiva conjuntural) às rações, à alimentação artificial, é como nunca pelas razões evidentes.

Este quadro, na nossa perspectiva, merece que, em relação ao mesmo, o Governo Regional nos dê uma perspectiva de qual vai ser a sua actuação. Não queremos responsabilizar o Governo, neste momento, directamente pelo atraso no pagamento do leite (até para o tranquilizar!), nem o queremos responsabilizar também pelo problema da baixa da carne. O Sr. Deputado Dionísio de Sousa já lançou bases sólidas de discussão sobre essa matéria. O que queremos, neste momento, repito, é uma resposta do Governo Regional, porque o temos e é nosso e tem tutela sobre essa matéria e tem um Plano para 1991 que tem 5,4 milhões de contos para a agricultura e todos estes grandes objectivos do Governo são importantes (uns são cumpridos outros não), mas o facto é que temos situações reais e não podemos admitir que alguém pense que pode acontecer com a lavoura da Terceira e doutras ilhas da Região (o problema já se passou com as Flores, o problema do Pico também já foi muito grave) o mesmo que se passou com o sector das pescas na Terceira. Nós não queremos mais TERCON(s), mais CARNAÇOR(s)! Nós não podemos admitir isso! - nós a Região. Portanto, não podemos admitir que haja dúvidas sobre o futuro da lavoura dos Açores e da Terceira.

Ora, as respostas para isso não podem ser habilidosas. Se não tivermos resposta para isso, ou melhor, se o Governo não tiver resposta eu, se calhar, nem exijo que o Governo a tenha hoje e aqui, se bem que me pareça que era de adivinhar que esse assunto merecesse resposta. Mas vamos todos encontrar a solução para isso.

Ainda ontem fizemos entrega de um requerimento que visa que a Comissão dos Assuntos Económicos da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, com os contactos que bem entender, obviamente, em colaboração com o Governo, Associações, enfim, todos os interessados, tente dar resposta a algumas dessas questões.

Mas porque estamos em interpelação, porque não reflectir algo sobre isso?

Na óptica de muitos observadores a situação que se passa em relação à UNICOL não é conjuntural porque a UNICOL não garante,

certamente, que a partir de Outubro ou Novembro comece a diminuir o desfasamento do pagamento do leite ou não vá ainda aumentar cada vez mais. A situação do mercado daquela empresa - da colocação dos produtos - também ninguém duvida que se vá alterar. Aquela empresa recolhe mais de 60% do leite da Terceira: são cerca de 40 milhões de litros de leite que são laborados naquela empresa. E alguma coisa no conjunto regional!

Confirmados os 6 meses do atraso, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, será um milhão de contos que estará em jogo na Ilha Terceira em relação à lavoura da mesma ilha. Para pequenas economias julgo que é uma situação que pode ser dramática só em matéria de fornecimento de leite aos agentes económicos.

Julgo, na nossa perspectiva, que temos aqui matéria suficiente de debate, de reflexão, sobre uma questão que afecta gravemente a economia da Região e de uma ilha.

Queria também deixar aqui a minha admiração e surpresa pelo facto do Sr. Secretário ter informado que só 30 candidatos teriam aparecido como concorrentes às medidas propostas e aprovadas nesta Câmara relativamente ao saneamento financeiro.

Surpreende-nos, de facto, e julgamos que também merece reflexão. E das duas uma, teoricamente: ou a medida não se revela adequada (é uma interrogação que deixo) à situação real, ou aquilo que se dizia ser a situação financeiramente insustentável de muitas das nossas empresas agrícolas não traduz, na verdade, situações tão permanentes como isso porque, caso contrário, teriam, possivelmente aproveitado o dispositivo que o Governo Regional lhes pôs à consideração.

Queríamos também deixar muito claro que, na nossa perspectiva, não há nenhum mal em que nos Açores alguma empresa agrícola entre em falência. Sempre o dissemos desde o princípio.

Só nos admirávamos era que nesta terra e nesse sector um empresário estivesse impedido de ser um mau empresário porque, por exemplo, os maus empresários do sector comercial e do sector industrial acabam por sofrer as consequências dessa sua incapacidade.

Ora, no sector agrícola os maus empresários têm que sofrer as consequências que decorrem da sua directa responsabilidade. E também aí, embora tenhamos alguma perspectiva de alguma crítica em relação ao Governo Regional ter lançado determinados de-

safios para um sector e para um conjunto de agentes que sabe perfeitamente que muitas vezes não estão nas melhores condições de decisão, nós também entendemos que aqueles que acreditaram nas recomendações que alguns agentes governamentais lhe fizeram e que por sua iniciativa fizeram as asneiras que fizeram, as devem pagar eles e não todos nós, individualmente.

Também é preciso acautelar quando entram dinheiros públicos. E há uma coisa que o Sr. Secretário disse e que eu também queria aqui claramente contrariar, ou seja, o facto do Sr. Secretário dizer que muito gado foi importado por decisão das pessoas, embora com o nosso dinheiro. Eu queria deixar clara a nossa oposição a essa postura, a esta filosofia. O empresário tem o direito de ser aventureiro; o Governo Regional não tem o direito de envolver o dinheiro de todos nós em projectos que, à partida, não ofereçam garantia mínima de rentabilidade, de adequação aos princípios gerais estabelecidos. Tal como acontece na indústria ou no comércio onde, teoricamente, o Governo Regional acautela os co-financiamentos, também terá que o fazer no sector primário. Não basta um indivíduo ter a iniciativa de investir para que lhe garantam o incondicional apoio financeiro.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi com muita atenção tudo o que aqui se disse sobre a agricultura.

Finalmente, parece que os agricultores despertaram nesta Região o interesse de muita gente. Oxalá que todos tenham boas intenções, não só hoje como ao longo de mais tempo.

Também hoje ouvi coisas que foram surpresa para mim. Por exemplo: que nos Açores, se não se produzisse mais leite, seria a estagnação. Quem diz que mais leite ou mais carne significa mais dinheiro no bolso do agricultor?

Falou-se também do que se passa com as "desgraças regionais" em relação às importações de gado. Eu julgo que este é o sítio certo para cada um de nós dizer aquilo que sabe e aquilo que se passa. Houve uma abertura à importação de animais para melhoria de algumas manadas e não foram os coitadinhos neim os menos esclarecidos que se aproveitaram para vender as suas manadas e reequiparem-se com novos animais de importação.

Eu julgo que aqueles que fizeram a importação, e que, eventualmente, tenham sido levados na compra de animais mas que o dinheiro resultante da venda da sua manada tenha entrado nas contas da compra, que devem estar abrangidos por aquela lei que foi criada, mas aqueles que levaram o dinheiro para outros sítios, menos para a sua exploração agrícola, aí não! E julgo que aqui há uma tentativa de embrulhar muita coisa.

Mas há mais embrulhadas. Os agricultores dos Açores sabem que não controlam o preço das rações nem o preço dos adubos. A única coisa que os agricultores podem controlar é o preço das vacas e o preço da terra. Toda a gente sabe que o interesse maior de grande parte daqueles que falam é a inflação do preço da terra, é a inflação do preço das vacas e, assim sendo, torna-se quase impossível produzir leite nos Açores a um preço competitivo. E senão façam as contas: uma vaca por 400 contos e um alqueire de terra por 600 com o juro de 25%, vejam se conseguem algum dia pagar essa vaca? Não conseguem!

Também foi feito aqui um apelo para que deixemos de trabalhar na iniciativa privada. Eu sou 100% pela iniciativa privada. Mas também devo dizer que se as Associações de Agricultores não andarem atentas a alguns "tubarõezinhos" regionais vão se encontrar em muitos maus lençóis.

É do conhecimento público que hoje o mesmo indivíduo faz um preço aos animais, para compra, de 300 \$ 00 e daí a 8 dias, alegando que em Lisboa se deparou a coisa maior do mundo, já paga a 420 \$ 00. Portanto, se não houver da parte das Associações de Agricultores (que é a eles que compete, mais do que a ninguém, zelar pelos seus interesses) uma acção reguladora, fiscalizadora e atenta aos preços, ninguém mais a vai ter. Há lugar para todos; o que não há lugar é para uns levarem o dinheiro de todos.

Gostaria que o Sr. Secretário tivesse conhecimento disto e continuasse a apoiar essas Associações nessas missões de continuar a manter os preços dos animais.

Relativamente ao problema da brucelose devo dizer que é um problema que nenhum Governo, seja ele qual for, é capaz de resolver sem ter da parte dos agricultores o interesse de também o resolver. Há ilhas onde ele está praticamente resolvido, há outras onde não tem havido da parte dos agricultores o interesse na sua resolução total.

Eu também sou agricultor, sou como eles, sou da mesma casta deles, mas eles têm que entender que nem sempre podemos dizer

"sim" a tudo. Todos têm que colaborar porque, se assim não acontecer, são eles os maiores lesados.

Gostaria ainda de dizer o seguinte:

Os agricultores regionais o que deveriam fazer era a sua federação e eles próprios tomarem a maioria destas decisões. Assim, são as outras pessoas que tentam resolver os problemas deles.

Julgo, porém, que os problemas dos agricultores devem ser resolvidos, em primeiro lugar, pelos próprios agricultores. Se eles não o fizerem, serão confrontados (e eu juntamente com eles) com situações muito graves dentro de algum tempo.

Relativamente à Terceira, estou de acordo com o que diz o Sr. Deputado José Gabriel Lopes. Já vi situações iguais a esta no Pico, mas julgo que a Associação de Lavradores, juntamente com a Direcção da Cooperativa e com o Governo, terão que arranjar um processo que resolva aquela situação, continuando uns a ser agricultores e outros Governo, mas os outros assumindo também a sua responsabilidade como industriais.

Só assim é que poderemos saber onde é que estão uns e onde é que estão os outros porque, senão, às duas por três, ninguém sabe onde é que começa o industrial e acaba o agricultor porque as culpas são de todos e depois não são de nenhuns.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente à intervenção do Deputado Francisco José Silva eu não tenho nada a dizer porque não se trata de uma pergunta feita ao Governo. Não posso, porém, deixar de dizer que concordo na íntegra com o espírito da sua intervenção e com as questões aqui colocadas.

Faço minhas as suas palavras em relação às matérias aqui, por si, tratadas.

Quanto ao Sr. Deputado António Silveira e em relação à procura de novos mercados, já não se trata de perguntar se estamos ou não sensíveis a isso. O Governo propôs - e não o fez este ano, mas sim de há uns anos a esta parte, tal e qual como propôs ao sector dos industriais das conservas de peixe - que fossem efectuadas campanhas de sensibilização de marketing de mercados (os mais variados) no sentido de colocar os nossos produtos nesses mercados. E isto foi feito na base de alguns indicadores extremamente positivos, um dos quais é o facto de haver uma grande

procura, hoje, de produtos na área dos queijos, sobretudo feitos de forma artesanal. Isto significa uma coisa muito simples: os nossos dois queijos tradicionais são os únicos queijos de vaca, da Europa, ainda feitos com leite cru e que têm uma aceitação muito grande em mercados específicos.

Por outro lado, na comercialização de outro tipo de produto, mais para consumo de grandes espaços, também foi feita essa proposta. Aliás, numa reunião muito recente que tive com a "ANIL" ficou mais ou menos entendido que eles brevemente apresentariam uma proposta nesse sentido.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pediu soluções concretas e respostas concretas e não habilidades. Eu vou-lhe dar respostas concretas.

Eu não tenho grandes apreensões, no que respeita à evolução na sua característica estrutural, da agricultura açoriana.

Se dividirmos a agricultura açoriana em duas áreas completamente distintas - a do auto-abastecimento e aquela que tem produtos destinados à exportação - poderei mesmo afirmar que na área do auto-abastecimento não tenho linearmente preocupações. Os preços pagos à produção estão acima das médias comunitárias, o mercado tem procura e, na verdade os problemas que se colocam, na minha opinião, são exclusivamente de carácter pontual técnico ou de trânsito inter-ilhas. Aliás, existem hoje exemplos altamente positivos do que acabei de afirmar.

Relativamente à expansão possível em áreas não tradicionais açorianas mas que comecem a ter mercados extremamente interessantes, como, por exemplo, a área da floricultura e a área dos subtropicais, podemos mesmo afirmar que as perspectivas são interessantes. Na área dos produtos destinados à exportação, obviamente estamos falando de coisas diametralmente opostas. E aí é necessário um esforço grande para modernizar circuitos e conquistar novos mercados. Mas o que está em marcha, em termos de alteração estrutural e de apoios, é, de facto, significativo. E vamos às questões concretas: falemos num dos casos que o Sr. Deputado referiu, que é o caso dos lacticínios.

Conhecedor das questões que se levantam, sobretudo na esmagadora maioria das nossas ilhas, o Governo decide intervir na Ilha de S. Jorge, através da União de Cooperativas, através do estabelecimento das "marcas de origem", e este ano será inaugurada uma estrutura da União das Cooperativas financiada pelo Governo Regional, que é a solução de

alguns dos problemas mais graves com que a comercialização do tradicional queijo de S. Jorge" se vinha defrontando. Isso custou centenas de milhares de contos e está resolvido.

Face à situação que se verificava nas Flores, o Governo também decide intervir e este mês de Julho será o início da construção da nova estrutura de lacticínios na ilha - onde, aliás, nós já estamos a intervir porque a Fábrica de Martins e Rebelo está sendo mantida por nós - no sentido de resolver esse problema.

Para uma solução semelhante se encaminha a Ilha do Pico.

Isto são exemplos concretos de como estamos atentos aos problemas e construímos soluções para eles. Obviamente este tipo de solução não se coloca numa ilha como S. Miguel e deixarei para o fim as questões da Ilha Terceira.

Quanto à questão do problema da intervenção do Governo no sector de comercialização das carnes, a minha resposta é muito simples, Sr. Deputado: se, de facto, a minha intervenção levou, como o Sr. Deputado disse, a que a Associação Agrícola pagasse melhor ao produtor do que ao agricultor, está feito aquilo que eu queria.

Por outro lado, essa intervenção não se fez apenas e exclusivamente no novilho aliás, a partir do próximo dia 10, da Ilha Terceira, sairão cerca de 500 animais para o exterior -, mas fez-se também na vaca de refugo onde os problemas de mercado se mostravam mais difíceis.

Chamo, no entanto, a atenção de que esta forma de intervenção do Governo fez com que o preço pago ao produtor, em média, nos Açores - nas ilhas onde foi feita a intervenção - fosse superior ao preço pago em média ao produtor no Continente. E devido ao problema das dificuldades enormes dos comerciantes de gado - que o Sr. Deputado a alguns chamou de "comerciantes pouco escrupulosos" - que nós fazemos a intervenção através das Associações Agrícolas.

Quanto ao problema, também concreto, de intervir noutras situações, felizmente, quando as coisas acontecem bem raramente se fala delas. Nós estamos, neste momento, a ser objecto duma ajuda comunitária que tem a ver com a importação de cereais a preços substancialmente diferentes daqueles que se praticavam no mercado para os Açores. Isso fez com que as rações não aumentassem, isso fez com que se pudesse pôr à disposição do agricultor cevada a 34 \$ 00 o quilo, isso

fez com que no sector da panificação também não se verificassem aumentos. Mas o que é mais interessante nesta matéria (e dei-lhe a ideia do 1º semestre) é que no 2º semestre deste ano, precisamente porque foi possível demonstrar que estas medidas poderiam ser melhoradas, a Comunidade aumentou de forma significativa os seus apoios e os cereais vão chegar à Região a preços substancialmente mais baixos. Isto significa que, por um lado, as rações podem baixar de preço, por outro lado, o agricultor passa a ter à sua disposição matéria-prima para a alimentação directa dos animais com vantagens em relação ao sistema anterior. E vou dar apenas um exemplo: dos 34 \$ 60 a que a cevada era colocada ao produtor, passará para cerca de 29 \$ 00.

No caso concreto da brucelose, e apenas para comentar porque há pouco não o fiz em relação à chamada "brucelose sem controle na Região", vamos ver se, de facto, a brucelose não tem controle na Região ou tem algum controle porque isso tem a ver com a qualidade final do produto.

A percentagem da incidência da brucelose em S. Miguel - a ilha de maior produção - é apenas de 10%; na Terceira de 5%; em S. Jorge de 3% e nas restantes ilhas praticamente não existe. Penso que isto é a demonstração clara de que houve controle.

Quanto ao problema do saneamento financeiro, eu também procurei saber qual a razão por que até à data só tinham dado entrada 30 processos na Secretaria. Aliás, como referi aqui há pouco, a manter-se a tendência que eu, sinceramente, espero que assim seja, a percentagem de montantes em dívida elevada é significativamente baixa. Posso-lhe dizer que há montantes em dívida que vão ser objecto de saneamento que vão desde os 1.500 contos até (falando agora dos montantes abaixo de 10 mil contos) a montantes de 4 mil, 3 mil, 2 mil e pouco mais do que isso.

Penso que as razões substanciais pelas quais não entraram até agora mais projectos, apesar de sabermos que as Associações Agrícolas, concretamente as de S. Miguel, têm em seu poder largas dezenas de processos que esperam apenas um afinamento final para darem entrada, referem-se, de facto, a uma questão que o Sr. Deputado levantou, ou seja, que o saneamento financeiro se dirige exclusivamente a montantes em dívida relacionados com compra de terras, aquisição de animais e equipamento, mas também exige comprovativos por parte da banca.

Ora, o que nós vamos verificar é que há casos, também significativos, que não conse-

guem apresentar comprovantes porque o montante em dívida não se destinou a estas questões. Espero, na próxima sessão desta Assembleia, se assim me for solicitado, trazer números bastante significativos sobre esta matéria.

Quanto à questão da "seca", devo dizer que estão em marcha, já, algumas hipóteses de solução. Uma delas, aliás, já existe, poderá ser melhorada, e prende-se com a aquisição dos cereais a preços muito mais baixos. Isso é uma solução concreta.

Por outro lado, sugerimos também - e estamos a trabalhar com as Associações Agrícolas nesse sentido - que se estabeleçam contactos nos mercados internacional e nacional a fim de poderem ser importados, com o apoio da Secretaria, fenos, palhas ou concentrados de luzerna.

Quanto à situação da Terceira, o Sr. Deputado perdoar-me-á se disser que não posso, não quero, julgo que não devo discutir nesta Câmara situações tão concretas de duas empresas - uma privada e outra cooperativa - como o Sr. Deputado as colocou aqui. E penso que não devo fazer aqui uma abordagem dessas empresas porque não sou administrador das mesmas, não sou culpado de algumas dessas situações e até porque não seria correcto. Tenho, no entanto, uma preocupação extremamente grande de que, na realidade, o atraso de pagamento à produção na Terceira é uma situação grave.

Existem soluções possíveis para isso, mas, obviamente, eu não posso comentar - não tenho dados para o fazer - porque é que a empresa privada acompanha ou tem como tendência acompanhar a situação da União de Cooperativas. Não sei. Não faço a mínima ideia. Será apenas porque se aproveita dessa situação para o fazer? Seria levantar uma questão que, na minha opinião pessoal, não deve ser levantada porque nem sequer pode ser facilmente demonstrada.

Portanto, Sr. Deputado, a sua preocupação é a minha. Agora, não passo disto neste momento e nesta Câmara.

Uma coisa é certa: feita uma análise, a pedido da própria União de Cooperativas à Secretaria Regional da Agricultura e Pescas (isso é um facto concreto), feito um estudo da situação que nos era apresentada, uma solução que foi posta em prática foi permitir que a União de Cooperativas contraísse um empréstimo do qual a Secretaria pagaria, na íntegra os juros. Estamos a falar de um empréstimo de 440 mil contos, estando a Secretaria a pagar os juros desse empréstimo por um prazo, se não estou enganado, de 8 anos.

E a solução? Não é a solução? Serviu para alguma coisa? Não serviu? Não tenho mais dados nenhuns sobre essa matéria.

Tenho procurado dialogar com a estrutura cooperativa nesse sentido, existem possibilidades de solução, mas, como calcula e eu já o disse aqui nesta Câmara, não posso ser responsabilizado por essa situação em nenhuma circunstância e a sua eventual solução depende de mecanismos que não são facilmente domináveis para nós, até porque se trata de uma estrutura que tem os seus próprios mecanismos de gestão.

Julgo também que o Sr. Deputado levantou o problema da colocação dos produtos, ou seja, que a empresa sentiria dificuldades nisso. É óbvio que a empresa sentirá as dificuldades que o sector no seu global enfrenta no que diz respeito à colocação do leite em pó. Não que diz respeito à colocação dos restantes produtos, o que lhe posso dizer, neste momento, é que o preço médio do queijo produzido nos Açores aumentou significativamente no consumo no Continente. Isto significa que o mercado apresenta sinais de recuperação.

Das duas uma: ou essa mais valia ficou na posse do circuito, ou de facto as empresas estão com facilidade de colocação do produto. Portanto, eu não estou a ver que as empresas da Terceira tenham mais dificuldades do que as outras na colocação do seu produto.

Aliás, acontece um facto comprovado: o de que os produtos produzidos na Terceira são considerados dos melhores do mercado e uma delas - a empresa privada - produz até um produto que é único no mercado nacional, que é um dos queijos de pasta mole fresco, produzido na Região, o qual encontra situações no mercado extremamente interessantes.

É isto que se me oferece dizer sobre esta matéria. Lamento não poder responder nem entrar em diálogo mais profundo sobre o problema da Terceira porque estaria a entrar em questões que não posso objectivamente dizer porque estão em causa empresas privadas que eu não domino, obviamente.

Presidente: Srs. Deputados, vamos agora interromper os nossos trabalhos por 20 minutos.

(Eram 17,20 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recommear os nossos trabalhos.

(Eram 18,00 horas)

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O sector agro-pecuário é o mais importante para a economia das Flores.

Desenvolvê-lo, é desenvolver a Ilha: isto é aceite e reconhecido por todos, mas o seu atraso ancestral, a sua estagnação e os muitos estrangulamentos que sofre, por um lado, têm impedido o seu desenvolvimento e, por outro, têm contribuído para que muitos agricultores deixem a sua actividade ou, embora mantendo-a, a transformem em actividade suplementar e secundária, tendo outra actividade à qual vão buscar maiores rendimentos, com menos sacrifícios e sem os riscos que a actividade agro-pecuária representa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde há muito que os problemas relativos ao funcionamento da fábrica de lacticínios existente nas Flores e pertencentes ao sector privado são falados e conhecidos - é a fabricação de maus produtos, sem o mínimo de condições de higiene e salubridade, são os atrasos cíclicos no pagamentos do leite à produção e recentemente foi o fecho da própria fábrica. Também desde há muito que é reconhecida a necessidade da construção de uma fábrica de lacticínios em condições de responder às exigências actuais.

Sempre defendemos a necessidade da constituição de uma sociedade com a participação da Região, das cooperativas e do sector privado, capaz de pôr a fábrica a funcionar, geri-la e comercializar os produtos fabricados.

Assim não o entendeu o Governo Regional que optou por apenas considerar como válida e necessária a criação de uma União de Cooperativas, entendendo dever apoiá-la, não contabilizando esses apoios de outra forma que não fosse "a fundo perdido", esquecendo a existência das Cooperativas individualmente, assim como de outros interesses existentes na Ilha nesse sector, incluindo os privados não associados cooperativamente, conforme se poderá concluir pela Resolução 477/87, aprovada no Conselho do Governo Regional em 17 de Dezembro de 1987, a qual, no seu ponto 6, consigna e cito "Na consideração de que só com o apoio à União de Cooperativas das Flores é possível dar resposta aos graves problemas que afectam os lavradores a Secreraria Regional da Agricultura e Pescas, na sequênciã do relatório que está a ser elaborado por empresa especializada, mandará de imediato elaborar o projecto das insta-

lações fabris, as quais, após a construção, serão entregues à administração da União". (fim de citação).

Apesar dos estudos feitos e dos projectos mandados elaborar pelo Governo Regional, a situação tem piorado e só se volta a falar mais seriamente na fábrica de lacticínios porque a firma Martins e Rebelo resolveu encerrar. Penso ser de referir que em finais de 1987 já existia o chamado "Plano de Desenvolvimento do Fabrico dos Lacticínios da Ilha das Flores" e um "Ante-Projecto da Fábrica de Lacticínios e Postos de Recolha de Leite".

Por muito estranho que pareça, ambos já referiram as obras de construção ou adaptação e melhoramento de postos de recepção de leite; agora, até já estão relegados ao esquecimento estes postos!

Quando se discutiu o programa deste Governo Regional, afirmámos: "gostaríamos de acreditar que durante a vigência deste Governo Regional, a fábrica de lacticínios será construída e poderá laborar em condições de competir no futuro mercado, concorrente e exigente, que nos espera.

Porém, dificilmente o descrutinamos no programa em apreciação, onde no capítulo da agricultura se continua a repetir aquilo que há muito se diz e o cooperativismo se reduz a dois parágrafos onde nada se diz". Infelizmente, para os agricultores das Flores, nós tínhamos razão...

Durante essa discussão, o Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas, afirmou e cito. "Um esquema que já se iniciou nas Flores com a colaboração do Sr. Deputado Renato Moura, não andou mais depressa porque havia a necessidade de se criar uma união de cooperativas; havia a necessidade de se formalizar essa união de cooperativas; comprar terreno; fazer o projecto, mas, neste momento, **estamos numa fase avançada da resolução desse problema**".

Também, infelizmente para os agricultores das Flores, o Senhor Secretário Regional não tinha razão, e ao contrário do que disse em 14 de Dezembro de 1988, a resolução desse problema continuava, como aliás continua hoje, numa fase muito atrasada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Outra infra-estrutura em falta nas Flores é o matadouro; a carne para o abastecimento local é abatida naquilo a que é chamado "casa de matança", sem as mínimas condições de higiene e salubridade e onde um único trabalhador está autenticamente sujeito a um re-

gime de "trabalhos forçados", sem direitos e apenas com deveres, incluindo o de transportar às costas cargas superiores aquelas que podem ser suportadas por qualquer ser humano, havendo quem lhe ajude por "solidariedade"; afinal, onde está o tão apregoadado humanismo de que fala o PSD?

No anexo ao PMP 89/92, um dos objectivos do Programa era "construção de novas unidades de modo a garantir o abate para o abastecimento local em boas condições de conservação higio-sanitárias"; nesse ano o Programa 24 - nº 1 - transformação e comercialização - tinha desagregado para as Flores 56.000 contos, pelo que alguma dessa verba se deveria destinar à unidade de abate; no anexo ao Plano para 1990 eram consignados 40.000 contos para a estrutura regional de abate nas Flores; para o corrente ano estão orçados 20.000 contos.

A actual Casa de Matança funciona junto onde está a ser construída a Residencial Siturflor - empresa onde a participação da Região é altamente maioritária - a qual deverá estar apta a receber clientes no próximo ano, apesar dos atrasos existentes; os despojos e rejeições da Casa de Matança são lançados no calhau, os quais ficam em decomposição, porque logo que o mar não esteja alteroso eles permanecem onde caem. Não é possível, nem desejável que possam coabitar em funcionamento, a nova residencial e a dita "Casa de Matança", mas esta infra-estrutura, tal como aconteceu com a fábrica de lacticínios, só será construída à última hora... acreditamos que antes desta última hora, chegará a última hora deste Governo Regional, porque comprovou e sua inoperância e incapacidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Neste momento as Flores não têm assistência médico-veterinária, apesar de em 1988 um médico-veterinário, então a trabalhar na Terceira e agora no Continente Português, ter mostrado interesse em ir para lá trabalhar; o ofício que nesse sentido fez em 28 de Outubro de 1988 continua sem resposta e, em resposta a requerimento que fiz, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, em ofício de Fevereiro de 1989, informa que estão a ser feitas diligências para a colocação dum veterinário nas Flores!

Decorreu no passado fim de semana o Encontro Regional dos Médicos Veterinários dos Açores e da Madeira, o qual apresentou como conclusão a **necessidade de colmatar urgentemente a manifesta carência de médi-**

cos veterinários nas Regiões Autónomas, e aponta caminhos, os quais ousou repetir: "Entende-se que as Regiões Autónomas devem envidar todos os esforços no sentido de se criarem melhores condições de trabalho por um lado, e por outro, se permita e incentive que um maior número de Açorianos tenha acesso às faculdades de Medicina Veterinária, podendo no imediato ser aumentada a cota que a Região dispõe no Número Clausus".

Acontece que levar a cabo medidas deste teor é fácil, mas será necessário vontade e capacidade política para o conseguir. Há que ter consciência da necessidade de técnicos e há que tornar possível a sua fixação na Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Apesar do Programa 22 do Plano, aparecer como objectivo "recuperação de incultos e melhoramento de pastagens", o Governo Regional nas Flores não executa este objectivo nas suas próprias pastagens; e não sou eu que o digo, é a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas que me informa em resposta a requerimento e cito: "diminuição da área de pastagem em 20 ha, a partir de Outubro de 1990, se devem a transformação desta área em área florestada". Tal política contraditória lesa os interesses das populações da Ilha, a qual necessita cada vez mais de pastagens onde possa ter os seus bovinos. Os florentinos não podem correr o risco de que o Governo Regional transforme gradualmente áreas de pastagens em área florestada, porque deixa degradar a pastagem há anos implantada. Os florentinos desejam e exigem a reparação de incultos e o melhoramento de pastagens que o Governo Regional perspectivou no Plano, mas não executa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Podíamos continuar a referir em pormenor as carências e estrangulamentos da agro-pecuária das Flores - são os caminhos de penetração e de acesso às propriedades que não se executam; são as faltas de adubos, sementes e rações, ainda recentemente; é a não existência de abastecimento de água às explorações e de electrificação rural; é a falta de controle higio-sanitário e de qualidade dos produtos de origem animal; são as faltas de apoio técnico à produção; é a ausência de qualquer classificação de leite, etc., etc.. Em conclusão, a política deste Governo Regional no sector agro-pecuário foi um desastre; ela foi uma autêntica calamidade que atingiu os agricultores açorianos.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Valadão.

Deputado Manuel Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro - embora ele, neste momento, não se encontre na Sala sobre a Portaria 10/91.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro teceu várias considerações e uma preocupação sobre o cuidado a ter para que os dinheiros públicos, concedidos através de incentivos a empresas que não seriam viáveis, deveriam ser cautelosamente distribuídos.

É evidente que assim é e julgo que essa situação acaba por estar salvaguardada através dos mecanismos de análise que estão expressos na própria portaria porque para ter acesso a essas ajudas, através dos juros bonificados, é necessário que a exploração seja económica e financeiramente viável.

Era só. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva.

Deputado Gaspar da Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Temos presente nesta Câmara, uma situação de interpelação, ao Governo Regional, movida pelo frentismo que a oposição meteu ombros nos últimos tempos, com o Partido Socialista à testa, seguido pelo CDS e PCP, uns movidos por uma corrida para a frente, para colmatar as suas insuficiências, e outros movidos pelas intenções de poderem chegar ao Poder, por outras vias, que não as surgidas pela representatividade dos votos.

Não vamos discutir aqui a legitimidade que assiste a todo este frentismo agora corporizado, porque ela (legitimidade) é completamente legítima. Antes, porém, vamos tentar percepcioná-la em termos políticos nesta Câmara, para que dela se faça luz, e o povo dos Açores perceba o que daí poderá surgir, pois já é demasiado sintomático que os princípios ideológicos há muito foram para a gaveta, e hoje aquilo que interessa é chegar ao poder a qualquer modo e a qualquer custo, e certamente não demorará muito tempo, em que reuniões bilaterais surgirão para formalizar uma aliança PCP/CDS sob a batuta do PS, que quando chegar a altura devida tirará o tapete àqueles outros dado que um preço de tal factura traria graves consequências ao Partido Socialista.

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Tenham calma! Não estejam

nervosos! Não queriam vencer?!

E este um cenário muito previsível, sobre o poder a qualquer custo, uma vez que os resultados da presente interpelação nesta Câmara, como habitualmente, acabarão num volte face, que trará à tona de água o habitual resultado de que perdas são sempre vitórias para uma oposição, (corporizada no PS) que cada vez mais se torna incapaz de ser alternativa.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Risos do PS)

O Orador: A presente interpelação circunscreve-se a aspectos de política geral, nomeadamente à agricultura e transportes.

Duas áreas essenciais ao desenvolvimento desta Região, não estivessem as mesmas interligadas, uma por aquilo que representa para uma grande faixa da nossa população activa directa e indirectamente envolvida, e outra por representar não só a espinha dorsal de todo o sector económico, mas também pelo abastecimento de factores de produção ao sector primário e escoamento dos produtos finais.

Uma e outra área, tão fundamentais ao progresso e desenvolvimento desta Região, e as duas grande alvo de preocupação do Governo Regional, que tem dispendido avultadas verbas às mesmas, impregnada numa actuação política de acordo com o progresso desejado, progresso este que nunca está completo, pois hoje as rápidas transformações do dia a dia, traduzem panoramas que necessitam não só de acções devidamente planificadas, mas também de acordo com algumas circunstância para fazer face às mesmas.

Nesta interpelação torna-se demasiado evidente cobrir-se as patentes insuficiências da oposição com uma peneira, porque ao fim e ao cabo ninguém nesta Região ainda percebeu o que é que esta oposição tem para oferecer ao Povo dos Açores, em termos de alternativa credível, e de acordo com todas as regras democráticas.

Esperamos não ver daqui desta interpelação também o desejo do PS desafiar o Presidente do Governo Regional...

Deputado Martins Goulart (PS): Já está desafiado!

O Orador: ...para um frente a frente a fim de tentar trepar, em termos de opinião pública à custa de segundos e nunca à própria custa e do seu valor assente em alternativas que possam merecer credibilidade.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD)

O Orador: Aliás esse mau exemplo do PS nacional, certamente encontrará desejo reflectivo em Vossa Excelência, Sr. Deputado Martins Goulart...

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: ...dado que este tem continuado à deriva e sem liderança, antes porém se limitando a copiar mal os maus exemplos da sua liderança nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Reflectindo, somente um pouco as temáticas principais desta interpelação ao Governo Regional, uma vez que não temos todo o tempo à nossa disposição, permitam-me que vos diga que esta interpelação sobre tais temáticas e inseridas num contexto de política global numa faceta de "Região" certamente que para além das respostas que aqui surgem e mais surgirão, não deixará de merecer a mesma conclusão da interpelação anterior, em que o PS, como interpelador, acabou por sair interpelado.

(Aplausos do PSD)

(Risos do PS)

O Orador: Basta só ler o Diário das Sessões daquela altura, para se constatar a pobreza das questões levantadas sobretudo na área agrícola, como também nalgumas outras.

Como V. Exas. sabem, com as diversas transformações estruturais em curso, a Agricultura é e será sempre uma área de problemáticas permanentes. Só os cegos é que não vêem.

Desde os tempos que antecederam a primeira revolução industrial, conforme está registado na evolução da história económica, até aos tempos de hoje, em que esta tem sido motivo de insatisfação social, desde os países pobres aos ricos, e nestes últimos, falando em termos europeus, também numa Alemanha, também numa França e até mesmo nos Estados Unidos.

E por demais sabido de todos nós, a evolução que a agricultura tem estado sujeita, em termos de conceitos e ideias, e também actuações e para tal bastará somente verificar todo o processo evolutivo que a própria PAC tem sofrido em termos de Comunidade Económica Europeia.

E também sabido por todos nós nesta Câmara o que representa para uma Região como a nossa um sector agrícola que ainda há poucos anos atrás possuía uma população activa envelhecida e com um índice de alfabetização baixa, bem como a evolução que tem surgido

nos últimos anos no sector primário, não dependesse daí um franco valor contributivo ao P.I.B. regional e não dependesse daí também a dependência duma larga faixa da nossa população, **para que:**

- O Governo Regional não tivesse dedicado uma atenção prioritária ao sector na vigência de todos os PMPs, com uma larga fatia dos orçamentos regionais, não obstante também saber-se que dado o atraso em que nos encontrávamos nesta área, de há dez anos para trás, há sempre necessidade de maiores recursos financeiros para o sector.

A Agricultura na Região Autónoma dos Açores, não obstante ter alguns problemas pela frente, que sendo difíceis não são contudo insuperáveis, como por exemplo o rendimento dos agricultores, perante a evolução do funcionamento dos mercados e a sua constante abertura, e perante também a evolução do processo do Mercado Único, **é assim, em meu entender**, uma área que, nas medidas de resolução dos seus problemas, deve merecer, arte, capacidade, engenho e dinâmica para que este seja uma arte de vivência satisfatória e não de empobrecimento, sobretudo se ele for político.

É que os nossos agricultores também já sentem que os seus problemas, por vezes, ao exporem os mesmos, e fazendo senti-los a quem de direito que as soluções devidas, tais problemas, dizia, são na maioria das vezes aproveitados só com objectivos políticos, sobretudo pelas forças da oposição, que não tendo soluções para os mesmos, a única maneira que têm de encará-los é a situação de preferência política ocasional sem anexo, e sem princípios, quando tão fácil seria uma participação construtiva em diálogo franco e aberto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Seria fácil rebatermos aqui e já nesta intervenção toda a argumentação política da oposição em termos de política agrícola...

(Aparte inaudível da bancada do PS)

O Orador: Poderia fazê-lo e os Senhores iam-se lamentar porque hoje ainda não se sabe se os Senhores têm é um programa de Governo ou um programa eleitoral em duas páginas. E uma vergonha o que os Senhores expuseram há 3 anos à opinião pública.

(Aplausos do PSD)

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Seria tão fácil, dizia, rebatermos aqui e já nesta intervenção toda a argumentação política da oposição, bastando para

isso enumerar todo o rol de actividade desenvolvida, somente em 1990, em termos de organização da produção, investigação, gestão das explorações, vulgarização e divulgação agrícola, mecanização, investimentos nas explorações, incultos, culturas industriais, ovinicultura, rendimentos, sanidade animal, protecção da produção agrícola, caminhos, recursos florestais, comercialização de produtos, etc., mas, porém, não vou fazê-lo. Prefiro abordar estas questões com o debate que a própria oposição suscite, se se mostrar ser capaz disso, é perante aquilo que a mesma oposição pense como soluções alternativas, que é isso que ainda não ouvimos aqui hoje.

A agricultura açoriana, à semelhança do que se passa noutros locais, não está, nem nunca estará isenta de problemas. Contudo, é preciso ter sempre em linha de conta, não somente o seu quadro, mas também a sua evolução e efeitos, perante o comportamento dos mercados, que estão em constante mutação, e perante as preferências dos consumidores.

Mais do que fazer demagogia política com as questões agrícolas, como aquelas que aqui já ouvimos hoje acerca da população activa agrícola, da produção de leite, da estrutura produtiva no Continente e Açores, comercialização dos produtos, reestruturação fundiária, etc., etc., convinha muito mais a esta oposição mostrar o que vale. Não ouvimos nada disso! Absolutamente nada!

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Esperamos que o debate surgido com estas questões os tenha capacitado para a discussão destes assuntos.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Rodrigues.

Deputado Oliveira Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de ouvir a intervenção do Sr. Deputado Gaspar da Silva, que foi mais um delegado sindical do Governo do que propriamente um interpelante e que devia ter trazido aqui questões que nos esclarecessem, através do Governo, sobre a agricultura, foi um defensor da política do "nada". E eu digo ao Sr. Deputado Gaspar da Silva que não compete à oposição apresentar soluções: as soluções são um Programa de Governo que tem que ser cumprido e é esse Governo que tem que apresentar as soluções.

Espere por eleições, espere ver o Partido

Socialista com o seu programa e então, aí, verá quais são as soluções!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Deus nos livre!!!

O Orador: Não é a solução do "nada"! Não é a solução do Plano não cumprido! Não é a solução dos gastos da CEE sem sabermos onde estão!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Agora, gostaria de fazer uma pergunta muito concreta ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Antes, porém, permita-me que lhe faça uma observação à sua intervenção de há pouco nesta Casa. Gostaria que não ficasse ofendido com essa observação, mas perante a sua habilidade a responder às perguntas que lhe são colocadas - umas com meias respostas, outras sem resposta nenhuma eu poderia dizer que quando as cracas estão no defeso o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas é a única craca que está para consumo dos nossos agricultores.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): A craca é um animal de luxo... e raro!

(Risos da Câmara)

O Orador: Já me vai responder. Tenha calma!

A pergunta que lhe queria fazer é a seguinte:

Na sua primeira intervenção, e justificando a não existência de caminhos de penetração, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas disse que "muito foi feito" e focou até os anos de 1960 e 1970 para dizer que "não se fez mais mas muito já foi feito em termos de caminhos de penetração".

Perante 1991 e as perspectivas dos agricultores quanto aos caminhos de penetração que, como diz o Sr. Secretário, são condicionantes da electricidade para as pastagens, são condicionantes da mecanização e da ordenha fixa, são condicionantes, no fim de contas, de todos os problemas dos lavradores, eu perguntaria:

- Por que é que em 1991 ainda não se definiu qual é o departamento que tem a responsabilidade de gastar os dinheiros que estão no Plano para a feitura de X quilómetros de caminhos de penetração?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr... Foi-se embora o Sr. Presidente do Governo...

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Foi-se embora, sim! Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Secretários Regionais:

Eu tenho a impressão que o Sr. Presidente fugiu quando me viu inscrever na Mesa. Eu tenho a impressão que ele tem medo do debate...

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: ...eu tenho a impressão que ele foge ao debate como tenho a impressão de que ele fugirá ao debate na televisão se nós lhe lançarmos novamente esse desafio.

(Protesto inaudível da bancada do PSD).

O Orador: Se o Sr. Deputado quiser intervir, eu dou-lhe perfeitamente uma pausa para intervir com calma porque eu, há bocadinho - e dou-lhe uma explicação -, ausentei-me da Sala porque Sua Excelência, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas teve a seguinte exclamação: "Estou derrotado... estou derrotado... estou derrotado!" Foi o que ele disse!

Tendo dito isso, eu disse claramente também: "Então vamos encerrar o debate".

Ora, como eu é que encerro o debate neste debate de interpelação, como não houve gesto nesse sentido, fui fazer uma pausa porque, evidentemente, houve consequência imediata dessa exclamação do Sr. Secretário.

Agora, a ausência do Sr. Presidente do Governo, neste momento, do debate, é significativa porque ele tem estado sempre ausente desta Assembleia em momentos importantes de debate político regional e no momento em que o líder do maior partido da oposição assinala a sua intenção de se inscrever, o Sr. Presidente do Governo Regional imediatamente se levantou da cadeira e se ausentou da Sala.

Esta é a prova clara de que o Presidente do Governo Regional está de costas voltadas para esta Assembleia, para os problemas desta Região...

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

...porque eu estou a falar de mais para ver se algum dos Srs. Deputados dá uma corridinha aos bastidores e chama o Sr. Presidente porque eu gostaria de lhe fazer uma pergunta.

Vou interromper a minha intervenção porque, obviamente, ele está ausente e não vou perguntar para o boneco...

Com licença!

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

(Risos do PS)

Presidente: Srs. Deputados, eu peço que

não mantenham o diálogo senão não podemos ouvir as intervenções dos Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Lopes.

Deputado José Gabriel Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com a devida atenção a intervenção do Sr. Deputado Gaspar da Silva.

Surpreendeu-me ao afirmar concretamente isto: "atenção prioritária ao sector em todos os Planos Anuais".

Sr. Deputado, sinceramente quando debatemos aqui o Plano de Médio Prazo e o Orçamento para 1989, nessa altura foi referido que havia o dinheiro necessário para o desenvolvimento do sector porque uma das grandes críticas que foi apontada ao longo dos anos foi a de que a agricultura não avançava porque não era atribuído dinheiro ao sector.

Acontece que, logo a seguir, houve que fazer reajustamento de verbas e a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas foi a mais penalizada. E vejamos:

No Plano para o corrente ano, quando a redução global do Plano foi de 29.8, para a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas foi de 43.6.

Queria ainda citar aqui alguns colegas seus de bancada, nomeadamente o Sr. Deputado Manuel Valadão, que, aquando da discussão do Plano, afirmava: "a agricultura, desta vez, tem de facto dinheiro". Isso já foi referido também pelo colega de bancada Francisco José. O que acontece é que os Srs. deixaram que o dinheiro fosse retirado da agricultura. A agricultura está na situação que se vê e os Senhores vêm para aqui tentar de novo torner as questões e dizer que está tudo muito bem, que os agricultores têm recebido apoios bastante significativos e que não é nada daquilo que nós dizemos.

Isso é lamentável e é pena que todos os agricultores desta Região não estejam aqui a assistir e a ver como os Senhores tratam os seus problemas.

Voices do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva.

Deputado Gaspar da Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente à questão levantada pelo Sr. Deputado Oliveira Rodrigues, gostaria de dizer que o meu partido, e aliás toda a opinião pública, terão muito gosto em conhecer esse futuro programa de Governo do PS.

Esperamos que, desta vez, não seja novamente um programa de governo inserido nas falências como, por exemplo, o da própria "Política Agrícola Comum" que os nossos conceituados técnicos renunciavam e que não seja um programa muito orientado para orientações radicais, ou seja, dar outra vez uma feição estatal a todo o programa da agricultura regional, deixando de parte completamente a iniciativa privada.

Isto é o que em linhas gerais está no vosso programa. Eu não estou a inventar: está aqui! Esperamos também que Vossa Excelência dê algum contributo positivo para isso porque o Sr. Deputado nem sabe o que, até ao momento, tem sido feito na Região nem pelo seu próprio partido.

Voices do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Essa é uma questão importante e que é bom deixar aqui vincada. Aliás, o Sr. Deputado é uma pessoa altamente desatenta a essas questões. Talvez esteja habituado só a cultivar os ananases - que toca para baixo ou que toca para cima. E uma questão de preferência.

(Risos do PSD e do Governo)

Mas isso deve-se à sua capacidade técnica.

Relativamente a um outro aspecto que considero importante e que o Sr. Deputado José Gabriel Lopes levantou aqui, enveredando pelas questões do cumprimento e da execução dos Planos, devo dizer que eu não me referi a isso. Referi-me àquilo que se tem feito, mesmo com os recursos financeiros disponíveis. Vê-se que o Sr. Deputado também não está atento. Aliás, o Sr. Deputado também tem sempre uma intenção miserabilista ao colocar aqui todas as questões da agricultura. Não me parece que seja um dos esfomeados dos nossos agricultores (e ainda bem!) e, portanto, as questões que levantou aqui estão completamente desinseridas do contexto da minha intervenção. Mas acredito que o Sr. Deputado estivesse menos atento a ela.

Quando o Sr. Deputado Martins Goulart se levantou, pensei que fosse colocar alguma questão relacionada com a minha intervenção. Não o fez. Antes preferiu novamente - e é esse o vosso objectivo essencial - atacar o Sr. Presidente do Governo Regional. E para isso que estamos aqui?!

Felizmente que a opinião pública já percebeu.

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Por conseguinte, o Sr. Deputado

acabou por não esclarecer absolutamente nada. A vossa desorientação continua patente. Mas o Povo dos Açores continua a ver com que oposição pode contar. Enfim, os resultados virão e não temos nenhum medo deles.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Valadão.

Deputado Manuel Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E para, muito rapidamente, contestar uma afirmação proferida pelo Sr. Deputado José Gabriel Lopes.

O Sr. Deputado pega num pequeno extracto, de duas linhas, de uma intervenção que eu fiz e lança isso como um grande dado. As coisas não podem ser feitas assim, Sr. Deputado! Quando eu disse, na altura, que havia dinheiro para a agricultura, foi uma intervenção feita num determinado contexto - e efectivamente assim foi.

Agora, o Sr. Deputado diz que há uma penalização de 30% para a agricultura. Devo dizer que o acréscimo em relação ao Plano de Médio Prazo anterior era muito superior ao dobro. Portanto, se assim é e se o Sr. Deputado considera que há uma redução de 30%, talvez devesse ter rebuscado o resto dos sublinhados que aí tem das minhas intervenções para dizer que quando houve esta redução no Plano de Médio Prazo - e os 30% foram no conjunto -, mais tarde também eu disse que, apesar da redução, que foi grande, na agricultura e que teve a sua lógica porque era aí que tinha havido o maior acréscimo, apesar de tudo ainda havia verbas substanciais para o desenvolvimento da agricultura e, portanto, não estava em causa todo o Programa do Governo. Havia efectivamente uma redução, como, de resto, houve em todo o Plano de Médio Prazo, por razões que são conhecidas, já foram discutidas e não vale a pena voltar a discuti-las.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Lopes.

Deputado José Gabriel Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria só dar uma pequena resposta ao Sr. Deputado Gaspar da Silva.

Já é a 3ª ou a 4ª vez que o Sr. Deputado Gaspar da Silva afirma nesta Assembleia que nós, inclusivamente eu próprio, temos uma visão miserabilista do sector. Já na última intervenção que aqui proferiu o Sr. Deputado

disse o seguinte: "A intervenção do Sr. Deputado José Gabriel Lopes sobre a agricultura, como já vem sendo habitual, deixa-nos sempre aqui uma imagem como a de que a agricultura está de pantanas, que a agricultura está atrasada, que os rendimentos estão constantemente a diminuir, etc., etc., quando todos nós sabemos que isso não é verdade."

Então, o Sr. Deputado acha que aquilo que eu aqui afirmei sobre a agricultura não corresponde à verdade? Então, as condições de vida dos lavradores estão a melhorar, os lavradores estão muito melhor e nós é que estamos aqui a dizer que isso está mal!!!

Sinceramente, Sr. Deputado!

Presidente. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu desejava intervir, utilizando a figura regimental de "defesa da consideração da minha bancada", afectada pela intervenção do Sr. Deputado Gaspar da Silva.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Aquilo em que eu considero que a bancada do meu partido foi ofendida centra-se em duas questões: na primeira, em adulterar a nossa qualidade de partido político independente e autónomo dos restantes partidos da oposição, e a segunda de, ao provocar a interpelação, ter que adoptar uma conduta que não é a conduta que um partido interpelante deve ter.

Por isso, tenho que explicar duas coisas:

Começando pela última, a figura da interpelação ao Governo é uma figura de fiscalização da actividade do Governo. Incumbe, por isso, a essa bancada interpelar o Governo sobre a política prosseguida por esse Governo. Neste sentido, nós não temos que apresentar aqui o nosso programa de governo que, de resto, é, pelo menos, deste tamanho. Temos, sim, que questionar a forma como o Governo tem gerido o seu próprio programa e tem gerido os destinos da Região, particularmente nos sectores em que esta interpelação se exerce.

Por isso mesmo, não deve ser criada a expectativa, num debate desta natureza, de que o Partido Socialista veio para aqui dizer qual é a sua política agrícola. Em breve teremos essa oportunidade e, muito provavelmente neste mesmo debate, não deixaremos de dar o tom necessário para que o Sr. Deputado, habituado a estas lides sindicais, possa perceber o que é que os trabalhadores, que

Vossa Excelência devia representar na totalidade, pensam e podem esperar do Partido Socialista.

Em segundo lugar, eu desejava fazer a seguinte observação:

O Partido Socialista é um partido autónomo e um partido independente dos outros partidos com assento parlamentar nesta Assembleia.

No entanto, todas as vezes que o Partido Socialista estiver envolvido naquilo que designa de "frentismo" com o CDS e o PCP, eu, mesmo assim, não posso deixar de lhe dizer que esse frentismo, a existir, é muito mais coerente do que a verdadeira coligação que constitui a sua bancada.

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva.

Deputado Gaspar da Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou-me cingir somente aos aspectos que o Sr. Deputado Carlos César acabou de levantar aqui sobre a figura de interpelação. É isso que efectivamente está em causa.

Não fui eu que aqui disse que "o meu partido (se eu fosse daí) iria apresentar o programa de governo em devido tempo", como disse o Sr. Deputado Oliveira Rodrigues. Penso que essa questão toca a ele porque foi ele que a levantou. Talvez o Sr. Deputado estivesse menos atento...

Deputado Oliveira Rodrigues (PS): Eu não disse nada!

O Orador: Portanto, não está aqui em causa o programa do vosso governo. Veremos na devida altura. A nós não nos aquece nem arrefece. Os Srs. é que já se deviam ir preocupando com isso...

Sobre a questão da independência do seu partido e sobre a questão do tal "frentismo" que, mesmo que existisse, deveria estar inscrito por princípios de uma determinada coerência, eu confesso que tenho alguma dificuldade em perceber onde é que está esta coerência...

Deputado Carlos César (PS): Não há frentismo!

O Orador: ...quando vossas Excelências têm demonstrado aqui uma desarticulação completa nesse aspecto, quando, ainda hoje, nas questões suscitadas pela intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa sobre os aspectos da agricultura, referiu-os todos numa perspectiva de estado centralista e de

como o Estado é que deveria tomar as iniciativas todas, quando a intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro do CDS se inseriu completamente numa perspectiva de mercado. Portanto, não percebemos onde é que está esta coerência: se existe o "frentismo", não vejo onde é que está essa coerência?!

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Os Srs. têm alguma dificuldade em perceber isso porque, de facto, são tudo circunstâncias da ocasião. Lamento muito, Sr. Deputado!...

Quanto aos aspectos laborais, não reconheço qualquer capacidade em Vossa Excelência para vir referi-los aqui. Aliás, não sei o que é que o Sr. Deputado tem a dizer sobre os aspectos de quem defende ou deixe de defender os trabalhadores. Essas questões enervam-no. Eu compreendo-o perfeitamente. Tenho muito orgulho em ser sindicalista, como outros da sua bancada o têm. Certamente o Sr. Deputado não tem sensibilidade nem percepção para essas questões...

Deputado Carlos César (PS): O que é que eu não tenho?

O Orador: ...mas é um problema seu e do seu partido.

Acho, porém, que devia ter um pouco mais de calma e não embrulhar essas questões. Mas também compreendo, às vezes, a sua falta de calma quando chega ao ponto de sair da sua bancada e vir aqui dizer algumas questões lamentáveis a Membros do Governo.

Muito obrigado.

Deputado Carlos César (PS): Não percebi nada!

Presidente: Ultrapassado este incidente, voltamos à interpelação. A Mesa continua pronta para receber as inscrições para o debate, uma vez que já não há inscrições na Mesa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho o assunto encerrado. Não posso é deixar passar em claro observações - e estou a intervir em defesa da honra, desta vez da minha - que reflectem o péssimo carácter e a péssima formação pessoal de alguns dos intervenientes nesta Assembleia, cuja conduta nesta Assembleia manifestamente tem contribuído, desde há longo tempo, para uma boa dose da imagem deficiente que esta Instituição tem na opinião pública.

O Sr. Deputado Gaspar da Silva é, manifestamente, um dos casos (não o único, naturalmente, dou-lhe esse benefício da dúvida)

em que o desrespeito pela personalidade de cada uma das pessoas que aqui está, o desrespeito por uma conduta parlamentar aceitável que tenha regras, que tenha ética, não está no domínio das suas preocupações quando esgota aquilo que tem para dizer ou quando sente que não tem razão.

Eu quero informar Vossa Excelência de que iniciei o meu trabalho aos 18 anos de idade como operário não qualificado de uma tipografia (o que é interessante, esta ainda não se sabia), devidamente sindicalizado. Na altura não optei, até porque ainda não havia, pela UGT, era sindicalizado na Central Sindical da CGTP-IN. Só mais tarde é que participei numa reunião, donde não me lembro de Vossa Excelência estar, em Tróia, que se chamou uma reunião da "carta aberta" e que deu origem à União Geral de Trabalhadores de que Vossa Excelência parece ser membro honorário aqui nos Açores. E quero informar Vossa Excelência de que não sinto especial necessidade de estar a dizer isso para o informar, mas sinto especial necessidade de ter dito isso para quem possa ter ouvido essa sua observação marginal, que não é de bom tom nem foi de bom tom.

Vossa Excelência podia ter-se resumido, como pessoa de bem, a comentar aquilo que eu lhe disse neste microfone e que se centrou na discussão de duas questões que tinham a ver com o "frentismo" que, afinal, Vossa Excelência veio falar que era a desarticulação (não percebo nada do que disse) e sobre a figura da interpelação e a postura do meu Grupo Parlamentar nessa matéria. Foi só sobre estas duas questões que nós tínhamos a falar. Vossa Excelência poderia introduzir outras, mas não, naturalmente, questões respeitantes ao meu percurso pessoal, profissional, político ou moral. Vossa Excelência não tem nada a ver com isso nem tem sequer que o comentar.

- Ou será que Vossa Excelência já quer tomar, nesta Assembleia, certos hábitos de vigilância da conduta particular de cada um inaugurados pelo Presidente do seu Governo?!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva.

Deputado Gaspar da Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Efectivamente também sobre a defesa da honra e sobre aspectos menos correctos que o Sr. Deputado Carlos César acabou de referir, que, com a sua habilidade normal, tentou dar a volta às questões, tentou trazer outras aporções que não eram chamadas

para o caso. Mas a minha reacção também deriva da sua postura aí nesse lado.

Ora, se nós tivermos que apontar posturas, dignidades, há muito a dizer a Vossa Excelência. Eu nunca tomei a atitude de atravessar a Sala deste Plenário e ir dizer coisas menos correctas a Membros do Governo ou a colegas da sua bancada - como Vossa Excelência o fez aqui na minha bancada. Aliás, seria bom que eu não o dissesse no Plenário porque Vossa Excelência bem sabe como esse próprio Membro do Governo o poderá dizer aqui. Mas é só para que fique registado no Diário das Sessões.

Portanto, não vejo nem reconheço em Vossa Excelência ser a pessoa indicada para vir com esses aspectos de moralidade mal disfarçada. O Sr. Deputado é a pessoa menos indicada para isso.

Relativamente ao facto de querer assenhorar-me de algo, eu tenho a mesma legitimidade que Vossa Excelência tem para falar aqui quando bem entender - foi isso que o Sr. Deputado quis dizer - e quando o meu Grupo Parlamentar achar conveniente.

De qualquer modo gostaria de dizer ao Sr. Deputado que, embora o Sr. Deputado ande nestas andanças já há muitos anos e eu ande há menos, também comecei a jogar futebol aos 12 anos de idade e nunca fui o Eusébio. Espero que Vossa Excelência nunca venha a ser o Churchill!!!

Deputado Carlos César (PS): Eu não jogo ao "duque" nem sou conservador!

Presidente: Como cada um dos Srs. Deputado já defendeu a sua honra, tem agora a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Lopes para uma intervenção.

Deputado José Gabriel Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde o início da actual legislatura, temos procurado trazer a esta Assembleia as grandes dificuldades com que o sector agropecuário, se vem debatendo, procurando fazê-lo com a convicção de quem conhece bem a realidade e o muito respeito que os milhares de agricultores que em toda a Região labut. de sol a sol nos merecem.

E sabido que os diversos problemas da agricultura já se encontram há muito inventariados e voltar a falar deles corre-se o risco de se repetir algo que já se tenha dito, mas a crise que o sector está a atravessar e que há muito vimos denunciando está a atingir proporções tais que é a própria subsistência económica de muitas famílias que neste momento está em jogo.

Atendendo a muitas solicitações que nos têm sido feitas e à ineficácia do Governo Regional para resolver a situação, vamos hoje de novo trazer a esta Assembleia aqueles que consideramos serem alguns dos maiores estrangulamentos que se vivem actualmente no seio da agricultura açoriana e que ao longo do tempo se foram acumulando, o que em conjunto com as grandes dificuldades de mercado e de concorrência originaram a actual situação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O trabalho dos campos foi sempre um trabalho árduo e difícil e quase sempre mal pago. Além de ser um trabalho que exige uma certa robustez física, é aquela onde a protecção e a segurança em casos de acidente é menor e é também aquele que exige maior número de horas de trabalho.

Pela profissão que exerce, o agricultor não pode ter férias ou qualquer dia de repouso, tem que trabalhar todos os dias do ano de manhã à noite, ao sol ou à chuva, conforme as circunstâncias, porque, como vamos demonstrar através desta intervenção, não lhe foram proporcionadas as condições para que o seu trabalho pudesse ser exercido com a dignidade das outras profissões.

Se as horas que o agricultor trabalha durante o ano fossem contabilizadas e depois feita a comparação com os salários médios existentes, aí sim se poderia verificar como o trabalho da terra é mal pago. Apetece dizer como diz o nosso povo: "O trabalho não tem valor, só ganha muito quem nada faz".

Ainda neste contexto está o papel desempenhado pelas mulheres dos agricultores, essas a quem chamam domésticas de profissão: criam os filhos, ajudam os maridos a tratar do gado e a arranjar a terra, são exemplares mães de família e não têm qualquer regalia social, nem tão pouco o direito à reforma quando atingem a idade que a esta dá direito.

Os dados estatísticos referem a quase inexistência de desemprego na Região. Esquecem-se certamente dos milhares de domésticas que vivem na dependência dos maridos, porque não há indústrias onde possam trabalhar e assim usufruírem dum vencimento que lhes garantisse a sua independência económica.

Se tal se verificasse melhoraria substancialmente os rendimentos do agregado familiar e traria uma maior justiça ao meio rural dos Açores.

Face às dificuldades expostas, só com a atribuição de um salário mensal às domésti-

cas que sejam mães de família se poderia ultrapassar esta situação a bem da comunidade rural.

A reforma dos agricultores é uma vergonha nacional. Como é possível uma pessoa viver depois duma longa vida de trabalho com 14.000 \$ 00 mensais? Isto é uma grande injustiça que urge ultrapassar rapidamente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tem sido por várias vezes apontado como um dos maiores males da nossa agro-pecuária o excesso de população activa, que na Comunidade Económica Europeia anda entre os três e oito por cento e entre nós ultrapassa os vinte, mas entre nós, como região agrícola que somos, a dependência da população activa no sector terá de ser maior, porque não existem alternativas. Ou seja, na Região as indústrias são poucas e absorvem pouca mão-de-obra, outra alternativa passaria pela emigração que também, neste momento, não se afigura viável face às dificuldades que se vivem actualmente nos países tradicionais da emigração açoriana.

Face a este quadro só restava a tão apregoadada reforma antecipada dos agricultores, com apoio a cessação da actividade.

Aquando da discussão do Programa do Governo, o titular da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas afirmava perante esta Assembleia que, e cito "muito brevemente o estabelecimento de um novo esquema de reforma dos agricultores" - fim de citação.

Mais recentemente era o próprio Presidente do Governo Regional que afirmava, ao falar sobre o problema, que o tempo se encarregaria de retirar população da agricultura.

Que visão mais errada. Então vai-se esperar que as explorações vão à falência para que as pessoas se retirem? Isto só demonstra a total incapacidade do Governo Regional perante a actual situação da agro-pecuária, situação que é o primeiro responsável e para a qual é incapaz de encontrar uma resposta adequada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Num Estado de Direito Democrático, compete ao Governo em diálogo permanente e aberto com as outras forças políticas e os diversos parceiros sociais, procurar a melhor forma para tentar resolver os diversos problemas que se põem à sociedade. Entre nós infelizmente acontece o contrário, ou seja, o Governo Regional escamoteia a realidade, ignora o diálogo e procura atribuir as respon-

sabilidades pelos seus erros aos outros.

Os problemas que a agro-pecuária enfrenta, neste momento, assumem uma gravidade tal que exigem um esforço de diálogo muito grande, para que se consiga, enquanto é tempo, salvar parte do que resta, porque a continuarmos assim não há uma única exploração agrícola que consiga sobreviver nos Açores e é a própria economia da Região que está em perigo.

Já por mais de uma vez aqui afirmámos que o agricultor açoriano, para que possa concorrer em pé de igualdade com os seus parceiros do Continente Português e da Comunidade Económica Europeia, terá de ter condições equivalentes às destas e o que tem acontecido entre nós é que se exigem obrigações e não se dão direitos, ou seja: o agricultor europeu tem água e energia nas explorações, tem os terrenos emparcelados, têm juros baixos e têm custos de produção muito inferiores ao nossos e vende os seus produtos a preços superiores.

Perante este quadro, teria sido aconselhável, da parte do Governo Regional, um esforço muito grande para que se tivesse começado a inverter esta situação, porque nos Açores existem condições naturais muito razoáveis para a produção, embora quanto a nós não sejam tão boas como se possa julgar.

Ultimamente tem-se falado muito na diversificação da produção, como forma de melhorar os rendimentos dos agricultores, mas como é possível diversificar a produção, se não existe mercado, se não há transporte inter-ilhas?

Exportar para o exterior só será possível quando for revisto o actual sistema de transportes.

Face a este cenário, algumas culturas ao longo dos anos foram desaparecendo e continuamos a ter, como a alternativa mais viável para a Região, a produção de leite, lacticínios e carne.

Por iniciativa de um governo da responsabilidade do Partido Socialista, Portugal solicitou a adesão à Comunidade Económica Europeia em 1977 e a 12 de Junho de 1985, o então Primeiro Ministro e Secretário Geral do Partido Socialista e agora, Presidente da República, Dr. Mário Soares, formalizava, em nome de Portugal essa adesão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se desde que Portugal solicitou a adesão aos organismos comunitários o Governo Regional tivesse optado por uma política que tivesse como objectivo dotar as explorações

agrícolas das infra-estruturas físicas indispensáveis à melhoria da qualidade e da produtividade; se se tivesse incentivado a melhoria dos efectivos pecuários através da inseminação artificial; se se tivesse optado por uma política de caminhos de penetração, emparcelamento, abastecimento de água e electrificação rural, em vez de se incentivar apenas a importação de novilhas sem cuidar do futuro económico e financeiro das explorações agrícolas, certamente que a situação dos agricultores seria hoje diferente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A electrificação rural há muito que vem sendo prometida por este Governo e no entanto continua sucessivamente adiada em nítido contraste com o Continente Português, onde regiões nossas concorrentes na produção leiteira já há muito dela beneficiam e para que o leite possa ter a necessária qualidade é indispensável a refrigeração.

O abastecimento de água às explorações agrícolas, já há muito que vem sendo prometido e continua a não avançar, o que se torna mais gritante com a actual situação que se torna ainda mais grave para aqueles que não possuem máquinas.

Quanto à água e energia, como acabámos de referir, a acção do Governo foi nula, mas em relação ao emparcelamento, o que é que foi feito? Ao fim de cinco anos de vigência da LOA surgiu, finalmente, o primeiro "emparcelamento", emparcelamento esse que já foi aqui debatido e por isso não vou voltar a me debruçar sobre ele. Só quero dizer que em termos de emparcelamento a acção do Governo foi praticamente nula.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É natural que para o PSD e o Governo as grandes dificuldades que o sector agro-pecuário atravessa e que vimos enumerando ao longo desta intervenção, não tenham gravidade e até não constituam problema, porque sempre que aqui levantamos os problemas agrícolas, quer o Governo, quer alguns dos Srs. Deputados, sempre se insurgem com tal facto, argumentando que isso não corresponde à realidade, que nós é que temos uma visão miserabilística do sector, que é que traçamos um quadro negro da situação, etc.

Mas o Governo é o primeiro responsável pelo sucesso ou insucesso das Regiões que administra e a presença, pela primeira vez, nas galerias desta Assembleia, de representantes dos agricultores, que aproveitaram para saudar, é a prova de que tínhamos razão, ou

seja, os problemas agrícolas atingem uma gravidade tal que manda a boa ética democrática que se procure encontrar rapidamente a melhor solução.

Com os problemas já enumerados e com outros que procuraremos enumerar a seguir, como é o caso da brucelose, que é um problema que também aqui já foi levantado, só queria dizer que o Governo Regional se comprometeu a erradicar a brucelose dos Açores até 1991 e que esse prazo já foi prorrogado até 1996.

Quanto à melhoria da qualidade do leite e das condições de trabalho na ordenha, já há muito tempo que temos denunciado a discriminação de que os lavradores açorianos têm sido alvo em relação aos seus colegas do Continente. Enquanto estes últimos tiveram a instalação de ordenhas e refrigeração com subsídios que na prática chegavam aos 100%, os agricultores açorianos tiveram apoios muito reduzidos. Porque razão permitiu o Governo Regional essa discriminação?

O que aconteceu ao plano de refrigeração do leite nos postos de recolha na Ilha de São Miguel, já anunciado há vários anos? Será que a grave crise do sector leiteiro aliada à total ausência de perspectiva impossibilitou o lançamento deste projecto?

Como se compreende que os agricultores do Continente tenham recebido apoios muito significativos para a electrificação e abastecimento de água e o mesmo não tenha acontecido nos Açores? Não será um facto que o tipo de povoamento concentrado em freguesias existentes na maior parte das Ilhas dos Açores e o conseqüente afastamento das explorações leiteiras dos locais de habitação teria aconselhado um cuidado especial com este problema nos Açores?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um dos argumentos utilizados pelo actual responsável pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, é a falta de verbas, só que este é um argumento já muito gasto e que ninguém acredita. Este Governo, ao longo de quase 15 anos, teve dinheiro para tudo, só não teve dinheiro para a agricultura porque não se interessou pelo seu desenvolvimento e além disso não rentabilizou os meios de que dispunha.

Em quase todas as Ilhas o parque de máquinas da Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário é uma autêntica vergonha. São muitos milhares de contos gastos em máquinas que se encontram praticamente abandonadas, as que se partem não são reparadas

e vão ficando para ali a monte.

E tanta falta que estas fazem aos agricultores, para não falar na inoperacionalidade dos Serviços Florestais e no impasse que tem constituído a transferência de competências para a Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas.

Como constava do Plano para 1991, aprovado por esta Assembleia, a construção de caminhos de penetração seria da competência da SRHOP e até ao momento nem SRHOP nem SRAP, nem uma coisa nem outra.

Os programas de construção de caminhos de penetração estão parados. Não há obras dignas de registo nesta área.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já por mais de uma vez denunciei nesta Assembleia, a preocupação que constituía para os agricultores açorianos a não aplicação imediata na Região de leis originárias do Governo da República, sendo exemplos disso o Regulamento CEE 797/85, que só entrou em vigor na Região quase um ano depois de estar a ser aplicado no Continente. Embora sendo objecto de grandes expectativas acabou por não corresponder aquilo que dele se esperava.

Os Açores têm uma especificidade própria e as leis têm de ser adaptadas à nossa realidade, mas parece não ser essa a vontade do Governo Regional que quando apresenta leis do Governo da República para adaptação, ou leis originárias do próprio Governo, uma vez aprovadas, leva-se meses à espera da sua regulamentação, sendo exemplo disso o Seguro das Colheitas, o SICAR, (que levou onze anos a ser aplicado nos Açores) e ainda não se encontra regulamentado mais recentemente as alterações ao Regulamento CEE 797/85.

A autonomia é um meio de aproximar o governo dos cidadãos e não o contrário, só que este Governo cada vez mais se isola, procurando assim evitar o confronto com a realidade existente e evitando o diálogo com as forças vivas da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se há Ilhas onde a colocação do leite não apresenta problemas para os produtores, o mesmo não acontece nas Flores e no Pico, onde o Governo Regional, como já por mais de uma vez foi aqui afirmado, não cumpriu as suas promessas, as cooperativas não foram construídas e os lavradores e estão na iminência de não terem onde colocar o leite ou se o colocarem correm o risco de não receber, agravando-se assim as incertezas quanto

ao futuro.

O Sector Cooperativo e Associativo, cada vez será mais importante para o futuro e só com um cooperativismo forte os agricultores estarão aptos a enfrentar os seus problemas.

Urge pois analisar a situação do Sector Cooperativo e ao Governo Regional competirá equacionar os mecanismos mais adequados à sua sobrevivência económica, porque com um cooperativismo forte todos ficaremos a ganhar e não será atribuindo responsabilidades aos seus dirigentes, evitando discutir a realidade, que se resolve o problema. Todos têm de assumir as suas próprias responsabilidades e sobretudo o Governo que não tem cumprido com as suas.

Os problemas do atraso do pagamento do leite à produção, só serão ultrapassados com uma análise exaustiva sobre a actual situação das cooperativas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muitas têm sido as promessas deste Governo, que depois vão sendo esquecidas, ou postas de lado. Exemplo disso era o Plano de Rega da Ribeira Grande, que constava do Programa do Governo aprovado por esta Assembleia e que, na actual situação de seca, resolveria de forma substancial o problema dos produtores agrícolas daquela zona e o ano actual serviria bem para testar a sua utilidade, mas infelizmente tal obra não passou de mera promessa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquando da discussão do PMP e Plano para 1989, uma das propostas de alteração, apresentadas pelo PS, visava a criação de uma linha de crédito bonificado destinada a fazer face ao saneamento financeiro das explorações agrícolas. Tal proposta na altura foi rejeitada pelo PSD.

O actual Secretário Regional da Agricultura e Pescas sempre considerou tal medida inoportuna e desnecessária.

Só que, passados dois anos, o Governo Regional finalmente reconhece a necessidade de se proceder ao saneamento financeiro das explorações agrícolas.

Só que o faz de uma forma tão burocrática que a maioria dos agricultores, quando tem que apresentar um projecto, as exigências são tantas que muitos acabam por desistir.

A prova disso é o reduzido número de projectos que até ao momento deram entrada na Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário.

Para o PS estamos perante mais uma lei que, à semelhança doutras elaboradas por este Governo, não funciona e urge ser revista.

Só com uma análise aprofundada, caso a caso, de forma a se saber a situação concreta de cada agricultor, se poderá decidir pelo tipo de bonificação a conceder.

Para o PS um sistema de crédito idêntico ao que existia antes da entrada em vigor do Regulamento CEE 797/85, poderia obviar a actual situação.

Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, depois de ter negado por várias vezes a existência de qualquer crise no seio da agro-pecuária, o actual Secretário Regional da Agricultura e Pescas, ao acabar por reconhecer a necessidade de se proceder ao saneamento financeiro das explorações agrícolas, demonstra bem a contradição em que tem vindo a cair, só que infelizmente os grandes prejudicados com esse tipo de actuação são os agricultores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De Santa Maria ao Corvo muitos são os problemas com que os agricultores açorianos se debatem, com dimensão maior ou menor de ilha para ilha, em todas elas os problemas existem da forma mais variada, e como deixamos antever através desta intervenção, o futuro só será possível se o Governo Regional acordar para esse fenómeno que se chama agricultura e se olhar com maior atenção para os mais de 20% da população activa açoriana que dependem, juntamente com os seus familiares, dos rendimentos da agricultura e da pecuária.

Disse.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Gabriel Lopes:

Gostaria de dizer, em primeiro lugar, ao Sr. Deputado que todos nós, nesta Casa, temos respeito pelos muitos milhares de agricultores desta Região.

Também gostaria de saudar os Senhores que estão na galeria porque acho que são sempre bem-vindas, seja combinado ou não, as pessoas a esta Casa. Ao fim e ao cabo isto é a Casa do Povo e todo o Povo desta Região é sempre bem-vindo.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado que estou de acordo consigo quando diz que ainda

há muita injustiça na reforma dos agricultores. Mas há outras coisas em que não estou de acordo consigo. A agricultura está em dificuldades e já foi demonstrado durante esta interpelação que o Governo está atento a situações pontuais, que ele tem de estar atento como Governo que é desta Região. Há uma situação de seca, é uma situação de que o Governo não tem culpa, mas tem de ser atendida; há uma situação pontual de dificuldades de escoamento de gado, que não acontece sempre, mas julgo que o Governo deve colaborar; julgo que o Governo deve colaborar e tem-no feito, está a fazê-lo neste momento nas Flores, poderia ser um processo mais acelerado (aí estaremos de acordo) mas a União das Cooperativas vai avançando; no Pico essa solução também vai ser encontrada e, portanto, o Sr. Deputado não veio descobrir nada de novo.

Temos é que estar todos de acordo que a nossa agricultura tem de evoluir mais. Agora, não posso estar de acordo consigo quando diz que não se tem evoluído no sector agrícola. Os nossos agricultores não são aqueles miseráveis ou aqueles miserabilistas que para aqui sempre se procura trazer. Há dificuldades, isso é por todos nós reconhecido, não é uma descoberta de última hora ou duma ocasião especial, mas se quisermos ser realistas e se também quisermos ver os problemas da agricultura e a sua evolução no conjunto e não procurar só trazer aqui os aspectos negativos, julgo - como agricultor também, assim como o Sr. Deputado que é um homem que vive há muitos anos da agricultura e conhece bem os seus problemas - que temos evoluído muito nesta Região.

Quando o Sr. Deputado diz que não existe diálogo, eu não estou de acordo consigo. Este Governo não se tem furtado (que eu saiba) ao diálogo com as Associações de Lavoura, ao diálogo com as Cooperativas, ao diálogo com os industriais porque é assim que nós entendemos que tem que ser para o progresso desta Região.

É bom que o Sr. Deputado também não se esqueça que temos indemnizações compensatórias, que temos salas de ordenha, que temos máquinas agrícolas e que o evoluir da modernização de uma agricultura mede-se pelo índice da adequação e da maquinaria agrícola.

Julgo que a nossa Região, nesse aspecto, comparada com outras regiões, ainda pode ter uma palavra a dizer.

Devido também à nossa condição geográfica, àquilo que são as nossas ilhas, não po-

demos pretender, embora todos gostássemos disso, que a nossa agricultura atinja muito rapidamente aquilo que é uma agricultura europeia, que não tem alguns dos problemas que nós temos derivados da nossa insularidade.

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Artur Jácome Correia.

Deputado José Artur Jácome Correia (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tem-se falado hoje, aqui, muito na crise que a lavoura atravessa. Tem-se também falado na seca que se tem vindo a verificar e que, a prolongar-se durante o Verão, certamente irá gerar uma grave crise financeira no sector.

Embora não esquecendo que este sector da agro-pecuária tem um grande peso na nossa economia, não poderia passar sem deixar aqui uma preocupação - e que penso que será uma preocupação de todos nós e do Governo - para com os outros agricultores de quem não se tem falado e que cultivam o tabaco, a beterraba, a chicória, os produtos hortícolas, que têm grande extensões de terra de bananais e para os quais a água também é necessária.

Era só isto. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quem ouvir com o mínimo de paciência o que se passou aqui hoje, do somatório, de uma maneira geral, de todas as intervenções neste debate sobre a agricultura, ficou com a clara ideia de que o Governo é o culpado de tudo o que se passa na agricultura.

Na realidade, eu quase que chegaria à conclusão que o agricultor nesta Região é o Governo. Deve ser o Governo que faz agricultura no seu dia a dia porque ainda não ouvi aqui ninguém dizer que os agricultores também têm obrigações - e que são obrigações inerentes ao exercício de qualquer profissão porque qualquer profissão tem obrigações.

Mas, na realidade, espantosamente, não ouvi aqui ainda nada sobre isso: é o Governo que é o culpado, é o Governo que tem obrigações, é o Governo que não faz isto, é o Governo que não faz aquilo. Só faltou aqui dizer que o Governo tem que sair dos seus próprios gabinetes e ir também criar as vacas aos

agricultores.

Além de não ter sido dito aqui nada de que se os agricultores, no exercício da sua honesta profissão, também têm que fazer alguma coisa, parece-me - e era o pedido de esclarecimento que eu queria fazer ao Sr. Deputado José Gabriel Lopes - que eu conheça (e não sou agricultor), que as formas de intervenção que qualquer governo tem à sua disposição no sector agrícola resumem-se "lato sensu", com mais uma ou outra variante, aos subsídios, aos incentivos e às intervenções, que, normalmente, são pontuais.

Este Governo, como qualquer outro Governo, tem atribuído subsídios, dado incentivos e intervém quando é caso disso.

Pode-se questionar se os incentivos ou os subsídios são tantos quantos aqueles que os agricultores queriam, quer em quantidade, quer em qualidade. Agora, o que não se pode vir dizer é que o Governo não concede subsídios, não dá incentivos, nem intervém quando é caso disso.

Foi aqui dito pelo próprio Sr. Secretário, e explicado para quem o quis ouvir e foram citadas questões pontuais de intervenções e até intervenções que envolveram quantias muito avultadas, tendo em atenção o próprio erário regional.

Eu queria, efectivamente, tentar perceber, se o Sr. Deputado José Gabriel Lopes me puder dizer, se conhece outra forma deste Governo ajudar a agricultura.

A segunda questão era a seguinte: é porque, na realidade, eu tenho ouvido variadíssimas vezes as suas intervenções e nunca ouvi, embora tenha a consciência clara, que não é hoje o momento próprio para os Srs. trazerem para aqui soluções do problema agrícola, como muito bem disse o seu colega de banca da Oliveira Rodrigues que disse: "Não vimos para aqui com soluções".

Eu, na altura, estive para perguntar ao Sr. Deputado Oliveira Rodrigues se realmente ele as tinha e não as trazia aqui para dentro porque "se não vêm para aqui com soluções" fica-se com a ideia que as têm mas não as trazem. Isso seria, no mínimo, tremendamente desonesto - e até é bom porque ouvi dizer que estão para aí alguns agricultores nas bancadas -, mas era horrível realmente o Partido Socialista há muito ter essas soluções e, egoisticamente, guardá-las no bolso para quando algum dia se, por acaso, eventualmente, vier a ser Governo. Nessa altura já não haveria hipótese de se segurar a agricultura.

Por outro lado, Sr. Deputado, para concluir, diria o seguinte:

E que quando o ouço tanta vez dizer mal do Governo e que o "Governo não faz", fico com a ideia de que o Sr. Deputado também, muita vez, não se gere pela sua própria vontade nem expressa as suas próprias ideias.

(Risos do Deputado José Gabriel Lopes)

Em relação ao outro seu colega de banca, eu hoje consegui, finalmente, ter a chave do enigma. E foi em relação ao Sr. Deputado Carlos César que também estive vai não vai, há bocadinho, para lhe dizer porque hoje é que percebi e ele deu-me a chave quando me disse que tinha trabalhado como operário indiferenciado numa tipografia, eu já andava a magicar nisto há muito tempo - por que é que realmente o Sr. Deputado Carlos César diz coisas tão lindas mas que não são dele: é que esta prática de operário indiferenciado numa tipografia (tanto quanto sei porque nunca lá trabalhei) presumo que a gente, lendo aquilo que é dos outros passado ao linótipo, depois vai ler e até fica com a ideia que são nossas.

(Risos do PSD e do Governo)

Penso que será isso!

Em relação ao Sr. Deputado José Gabriel Lopes, talvez lá para Setembro ou Outubro eu consiga que o Sr. Deputado me dê a chave do problema e me diga por que é que só diz mal do Governo mas não me diz como é que isso se faz.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Rodrigues para defesa da honra, que é uma figura regimental que tem precedência.

Deputado Oliveira Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Victor Evaristo veio dizer que era uma prova de desonestidade da minha parte, se tinha soluções, não as apresentar aqui.

Eu afirmei, em resposta ao Sr. Deputado Gaspar da Silva, que o Partido Socialista, agora, nesta interpelação, não tinha que apresentar soluções nenhuma. Nós aqui o que temos que fazer é interpelar o Governo sobre aquilo que ele não faz.

Relativamente ao facto do Sr. Secretário Regional da Administração Interna dizer que "nunca faz", eu acabo de dizer que o Sr. Deputado José Gabriel Lopes na sua intervenção disse, muito concretamente, que, aquando da discussão do Plano de 90 e do Orçamento, o Partido Socialista apresentou uma solução para a agricultura no sentido de bonificações e de incentivos que, um ano e tal mais tarde,

o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas veio preconizar.

Aí está uma solução que o PSD não aproveitou porque o PSD e os Senhores dessa bancada apenas se ouvem a si próprios ou à voz do dono. É a única coisa!

Portanto, o que eu queria dizer ao Sr. Deputado Victor Evaristo é que, agora, neste momento, não temos que apresentar soluções. As nossas soluções constarão de um acto eleitoral. Está a perceber?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E evidente que eu penso que deve ter havido um lapso, eu não direi grosseiro porque já tenho medo de utilizar as expressões, mas penso que terá sido grosseiro, na medida em que o Sr. Deputado Oliveira Rodrigues pensou que eu o estaria a ofender. É bom de ver que o que eu disse taxativamente foi o seguinte: que se me afigurava, no mínimo, desonesto. Foi que eu disse.

(Risos do PS)

O Sr. Deputado tenha calma! Não leve as mãos à cabeça! O Sr. Deputado já lá tem pouco cabelo! Tenha calma!

(Risos da Câmara)

O que eu disse, repito, foi que se me afigurava, no mínimo, desonesto. E citei-o não foi com qualquer sentido pejorativo. Livreme Deus de o fazer!!!

O que eu disse foi que, há bocado, estive para intervir porque fiquei surpreendido quando o Sr. Deputado Oliveira Rodrigues disse: "Nós não vimos para aqui com soluções". Foi só por este simples facto que eu trouxe o Sr. Deputado à colação. Não foi para o ofender coisíssima nenhuma!

Quando eu disse, e repito, que se me afigurava desonesto esse partido (não era o Sr. Deputado porque eu sei que o Sr. Deputado não tem soluções nenhuma para a agricultura porque deve perceber tanto disso como eu)...

(Risos do PSD)

...mas eu disse, esse partido se tem efectivamente soluções (mas eu tenho a franqueza de o dizer, é isso que nos distingue, porque eu digo logo que não sei nada de agricultura e o Sr. Deputado é capaz de dizer que sabe) mas quando eu disse isto, disse apenas isto: é que os Srs. Deputados dizem que anda aqui o PSD desde o início da Autonomia a querer resolver os problemas da agricultura e os Srs. nunca ajudaram a resolvê-los, mesmo na oposição, porque têm as soluções.

Deputado Fernando Fonte (PS): E temos!

O Orador: O que é grave é que estão nesta Sala, pelos vistos (segundo me disseram porque nenhum deles tem cara de agricultor mas, enfim...), mas alguém disse que estavam agricultores nesta Sala e eu fico espantado porque é gravíssimo que vão lá para fora com a ideia de que os Srs. têm soluções mas, egoisticamente, não as dão a ninguém. Isto é que é espantoso: andam aqui estes Srs. todos do Governo e mais estes Srs. todos a empurrar o Governo, a dar cabo da cabeça e não conseguimos ainda arranjar soluções tão boas quanto necessárias para a Região. Sim, porque o problema não é tão fácil como parece! Eu não quis ofender ninguém, Sr. Deputado!

Presidente: Os Srs. Deputados podem fazer as intervenções que quiserem, mas quando for para defesa da honra têm que ser mais concisos senão reabre-se o debate sobre questões laterais.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No decurso desta interpelação já me chamaram os mais variados nomes: já me disseram que eu era "habilidoso", penso que com sentido depreciativo; já me chamaram "craca"; já me chamaram "incompetente", enfim, os mais variados nomes.

Eu vou devolver ao Sr. Deputado esses nomes todos, Sr. José Gabriel Lopes, mas ao contrário, porque, conhecendo-o como conheço há muitos anos, o Sr. Deputado é a prova provada de que, apesar das dificuldades todas, se pode ser agricultor com sucesso.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E não é só o Sr. Deputado que está nesta Casa com esse adjectivo. O Sr. Deputado pode dizer-me assim: mas, Sr. Secretário, eu estou ganhando menos dinheiro em 91 do que ganhei em 90.

Sr. Deputado José Gabriel, isso não acontece só consigo nem só na Região Autónoma dos Açores.

Ora, se o Sr. Deputado, que eu conheço muito bem, foi capaz disso, penso que não estará sozinho e penso que haverá muitos mais como o Sr. Deputado.

- Qual foi o seu segredo?

- Provavelmente a moderação, a oportunidade do investimento, o saber crescer de acordo com os rendimentos previsíveis.

Deputado Francisco Sousa (PS): E o ser Socialista!

O Orador: E ou não é possível o sucesso

nos Açores? Foi ou não foi possível? Há ou não há condições para que apareçam homens como o Sr. Deputado? Parece que sim.

Quando eu referi há pouco que há muita gente nesta Região que, apesar de tudo, é a prova de que é possível, o Sr. Deputado faz parte deles. Ao contrário daquilo que fui acusado, estou-lhe a chamar "competente". Mas a sua intervenção levanta-me duas questões de fundo:

A primeira é a de que a interpelação que aqui está a ser feita é sobre agricultura (a agricultura é que é tudo) e, de facto, o que se tem posto mais na fogueira do insucesso é a agro-pecuária porque, relativamente à restante área da agricultura, eu desafiava essa bancada a apontar um único agricultor nos Açores que não tenha oportunidades de ganhar a sua vida com rendimentos razoáveis de acordo com a época que estamos a viver.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, não confundamos: na agro-pecuária há gente capaz, há gente que fez sucesso, há gente que é capaz de ser apontada como exemplo; na restante agricultura apresentem-me um único que não tenha sido capaz de lá chegar. Aliás, até aponte áreas da agricultura "sensu stricto" que são hoje áreas de muito sucesso e até de oportunidade de mercados exteriores citei algumas e não ouvi ninguém dizer que não. Também há nesta Sala gente que pode provar isto porque é agricultor dessas áreas.

Não posso, porém, deixar passar em branco algumas das questões que o Sr. Deputado levantou, sobretudo na área do apoio ao associativismo, do carinho que esse associativismo nos tem merecido, do nascimento dessas formas associativas na agricultura e também da protecção ao sector cooperativo.

Se os números são elucidativos, posso-lhe dizer que as verbas gastas pelo Governo nessa matéria são substanciais e não há nenhuma Associação Agrícola, nem nenhuma Cooperativa que não tenha merecido a minha atenção especial e não tenha recebido o apoio financeiro que merecia: saneámos o problema da Adega Cooperativa da Graciosa, que deixou de ter problemas (tem outros mas não esses); saneámos o problema da Adega Cooperativa do Pico, que deixou de ter problemas (tem outros mas não esses); resolvemos o problema da União de Cooperativas de S. Jorge, que deixou de ter problemas; o problema das Flores, apesar dos atrasos, vai ser uma realidade e estamos lá a substituir-nos ao empresário privado e a resolver o problema. Os atrasos

têm justificações, que não vale a pena estar aqui a anunciar, mas são mais de 300 mil contos de investimento pagos do Orçamento do Governo para lá pôr uma União de Cooperativas a funcionar... que não vai gastar um único escudo!!!

O Sr. Deputado sabe muito bem que todas as Associações Agrícolas existentes hoje na Região têm o dedo, têm a marca do Governo, através da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas. Isso é a prova do carinho que elas nos têm merecido e do apoio que lhes têm sido dispensado, sem se pedir linearmente nada nem, em nenhuma circunstância, defenderam a posição política no sector. Para elas, aliás, está criado um programa comunitário que é o PROAGRI, estando nós também agora a ajudar as Associações a fazerem os seus próprios programas para poderem ver os seus problemas administrativos e técnicos resolvidos.

Isto não é o miserabilismo que o Sr. Deputado quer aqui trazer. Obviamente que, como deputado da oposição, eu não estava à espera que o Sr. me fizesse elogios. Mas talvez um ou outro não lhe ficasse mal porque também era justo e era honesto.

Tenho dito.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Lopes.

Deputado José Gabriel Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estamos aqui a fazer uma interpelação ao Governo; não estamos a ser interpelados...

(Risos do PSD e do Governo)

...e estamos aqui a debater o sucesso ou o insucesso da política do Governo.

Quando o Sr. Deputado Victor Evaristo diz que nós apresentemos soluções, os Srs. porventura, alguma vez, aprovaram alguma proposta de alteração que nós apresentássemos nesta Assembleia?!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

O Orador: E digo-lhe mais, Sr. Deputado: se quiser a prova, eu tenho aqui o rascunho da minha intervenção e pode lê-lo e analisá-lo à vontade. Portanto, devolvo à procedência.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Relativamente ao Sr. Deputado António Silveira e porque, infelizmente, es-

tamos limitados pelo tempo, não vou tecer considerações acerca daquilo que aqui preferiu. Mas queria só dizer-lhe o seguinte: os problemas são duma gravidade tal que merecem um diálogo maior.

Quanto ao que o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas afirmou, enfim, com a sua habilidade própria...

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Eu não digo?!

O Orador: ...torneou as questões, não se debruçou sobre aquelas que eram essenciais, mas nós já sabemos como é que ele actua.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Julgamos que é importante fazer um ponto da situação deste debate. E é importante porque é óbvio que o PSD não alterou os seus comportamentos, independentemente de ter havido uma mudança qualitativa nesta Assembleia.

Ainda ontem, pela boca do Sr. Deputado Borges de Carvalho, que foi o representante eleito pela ortodoxia do PSD para representar o Grupo Parlamentar, ouvimo-lo dizer que "o essencial era a mudança de comportamentos". Mas assim não aconteceu. Ele não consegue, aliás, dar a lição interna que pretende dar ao seu partido e a prova está no comportamento, quer do Governo, quer do Grupo Parlamentar do PSD - que já não tem maioria absoluta nesta Assembleia - durante esta interpelação. A prova está dada em comparação com a interpelação de 89, em Novembro de 89, onde, durante a intervenção final que eu fiz e que o Governo Regional não previa porque nem sequer precisava de estudar o Regimento porque julgava que, como sempre, na figura da interpelação era sempre o Senhor Presidente do Governo que encerrava o debate, descuidou-se e reparou, de repente, que era um representante da oposição que tinha a última palavra. Durante essa intervenção que eu fiz, que durou 43 minutos, até uivos deram na Sala, que levou, na altura, a que a palavra tivesse sido interrompida, que eu tivesse pedido ao Senhor Presidente da Assembleia que serenasse a Sala porque eu nem sequer me conseguia ouvir a mim próprio.

Este comportamento não se está a repetir ainda hoje, mas eu gostaria de, preventivamente, pedir aos Srs. Deputados que, perante a realidade que ainda é a mesma, que é a da oposição fechar este debate, não uivem mais logo.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Mas o comportamento poderá repetir-se pelos indícios que temos tido até agora.

O que está em curso é uma tentativa, embora frustrada, de desvirtuar, de boicotar a interpelação ao Governo.

O PSD não está a fazer nenhuma pergunta ao Governo, a não ser aquelas combinadinhas para o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, por exemplo, puxar do papel e ler números.

O PSD está a tentar interpelar o Partido Socialista, desvirtuando a intenção política deste debate, que é a de interpelar este grupo de cidadãos que governam a Região Autónoma dos Açores e tentado confundir aqueles que estão presentes nesta Sala que, certamente, devem estar particularmente confusos porque não sabem quem é que está a interpelar quem e porquê, porque o PSD, permanentemente, tenta desviar o seu rumo de perguntas para este lado.

Os Srs. enganam-se! E para ali! E para ali que se fazem perguntas hoje! E para ali que se fazem as questões para se saber se este Governo governa bem ou mal, para que fique bem explicado porque é que a crise na agro-pecuária permanece, porque é que há situações dramáticas na casa dos cidadãos desta Região, porque é que pessoas sérias que sempre governaram bem a sua vida, que não se descuidaram dos seus pagamentos normais, neste momento não podem pagar contas de mercearia e o Governo Regional o que está a dizer é que "está tudo bem" que "não tem preocupações", que "está tudo ótimo"!

Afinal, alguém está enganado nesta Sala?!

Não é a oposição que está persistentemente a dizer "não" em tom miserabilista, mas falando a verdade, que é consonante com o sentir do povo açoriano neste momento, porque nós não precisamos de apresentar alternativas. É o Povo dos Açores que nos vem bater à porta! É o Povo dos Açores com quem nós reunimos, mesmo sobre a área da agro-pecuária, que nos vem dizer "não" em tom miserabilista, porque eles é que estão sofrendo na carne, não têm o luxo dos automóveis, das estadias, dos passeios, de costas voltadas para a realidade desta Região, que é dramática no sector agro-pecuário, e os Srs. dão-se ao luxo de ofender o Povo dos Açores, todos os dias, passeando-se, andando por fora e fazendo tudo menos governar e resolver os problemas da Região.

Secretário Regional da Habitação e Obras

Públicas (Natalino Viveiros): O Sr. Deputado também faz isso!

O Orador: Neste momento os Srs. são pagos para resolver os problemas dos Açores; nós somos pagos para os fiscalizar e estamos a fazê-lo e, na altura própria, que é em período eleitoral, o Povo dos Açores, os representantes dos agricultores que aqui estão, conhecerão o nosso programa, poderão votar em consciência. Agora, não vamos perder tempo convosco porque é impossível, nesta Câmara, com este Governo, chegar a algum ponto de diálogo. Este Governo sempre rejeitou as propostas do Partido Socialista.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Onde é que elas estão?

O Orador: Não me digam que agora querem fazer um "frentismo de união nacional".

- Será que o PSD, neste momento, quer dialogar com o PCP, em pé de igualdade com o CDS, em pé de igualdade com o PS e fazer o Governo de todos os Açorianos?!

Não acredito que seja isso que tem sido insinuado pelas críticas veladas que nos são dirigidas.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, há muita insensibilidade e muita inconsciência por parte de quem quer diminuir a importância deste debate. O Governo está a fugir às perguntas essenciais: fugiu às perguntas do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro sobre a situação na Ilha Terceira, fugiu às perguntas do Sr. Deputado Paulo Valadão sobre questões concretas da Ilha das Flores, andou nas suas habilidades que fazem com que, fora desta Câmara, se possa dizer meias verdades, por todo o lado, para tentar dizer que a culpa é dos outros quando as coisas correm mal e que se as pequenas coisas correm bem são todas por mérito do Governo Regional.

Com este comportamento nós vamos, de facto, ter muitos problemas na Região Autónoma dos Açores.

A grande preocupação do PS, neste momento, é que o Governo não seja tão mau, tão mau que, quando nós formos chamados pelo Povo dos Açores a governar, o cadáver já esteja putrefacto. Nós gostaríamos que o Governo fosse um bocadinho melhor para que, quando se der isso, ainda haja a possibilidade de recuperar alguma coisa. O drama é só este: nós gostaríamos que não fossemos tão maus, tão maus para que, quem vos seguir no ordenamento normal da vida democrática da Região, possa, de facto, recuperar aquilo que ainda será recuperável.

Vamos tentar demonstrar, ao longo do tempo, que ainda é possível, que ainda há esperança, mas que a esperança não pode coincidir com um diálogo com pessoas que não dialogam, com pessoas que se ausentam, com pessoas que são totalmente insensíveis à problemática regional.

Aliás, isso foi assinalado de uma forma exemplar em 1988, no célebre debate que há bocadinho aqui foi referido. O Sr. Dr. Mota Amaral perdeu o debate num momento só, numa frase. E podem-se rir o que quiserem porque o Povo dos Açores deu-nos razão. Foi apenas uma frase mas, depois dessa frase, foi em plano inclinado até ao fim. Quando o moderador desse debate perguntou quais eram as prioridades do PSD para a futura governação regional e quando o Sr. Dr. Mota Amaral colocou a agricultura fora das prioridades e elegeu o turismo, o Povo dos Açores sentiu que este IV Governo Regional tinha, de facto, colocado a agricultura, a agropecuária num plano secundário ou quase omisso. E a prova é que, ao fim de dois anos e meio, essa opção prioritária não só falhou (a do turismo) como também a agricultura ficou em último lugar e os lavradores hoje, estão a ser vítimas dessa coerência política do PSD - que é a de ter relegado a agricultura para um plano inferior.

Portanto, vamos ter debate, Sr. Dr. Mota Amaral, vamos permitir que o Povo dos Açores nos ouça novamente para saber se as suas prioridades se inverteram, se mantém o turismo, se esta experiência recente lhe permite alterar o seu comportamento para além das exhibições de mero artificialismo político e se, substancialmente, está preparado para apresentar algo de novo ao Povo dos Açores que ele já não conheça. O que o Povo dos Açores conhece é que o PSD não sabe sequer em que Região se situa, não conhece os problemas de fundo desta Região que tem no sector agro-pecuário a sua sustentação económica fundamental, que precisa do sector dos transportes devidamente fortalecido, devidamente equacionado, no sentido de garantir que a economia regional se desenvolva em todos os seus planos. O Povo dos Açores quer saber se o PSD tem, de facto, alguma ideia nova sobre o futuro dos Açores.

Nós temos a certeza de que não tem. Ao fim de 16 anos estarão esgotados. Temos a certeza, pelo presente, e que o Povo dos Açores não vai dar a este Governo ou a este grupo de pessoas que não consegue renovar-se.

Vinte anos seguidos?! Que ameaça terrível!!! Uma geração inteira para irmos todos para o lixo?! Não! O Povo dos Açores certamente que terá medo de estar 20 anos seguidos sem ter experimentado uma alternativa. Por isso a esperança é grande. Por isso, quando as propostas concretas aparecerem na Mesa, o Povo dos Açores vai dizer, como já disse, com os sinais já dados, que vamos certamente mudar. Para mudar a política é preciso mudar de Governo; é preciso mudar de partido para formar esse Governo!

Disse.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria usar a figura regimental de "defesa da honra" e, depois, fazer um protesto em relação à afirmação do Sr. Deputado António Oliveira Rodrigues que disse que esta bancada reagia, entre outras coisas, à "voz do dono".

Queria dizer ao Sr. Deputado, muito claramente, o seguinte: se há reflexos condicionados não é aqui; se há experiências "pavlovianas" também não é aqui e eu rejeito - e os meus camaradas de bancada dirão da sua justiça - liminarmente e com toda a verve da minha alma possível e imaginária de ter um dono. Sou um homem livre, numa Região muito livre...

Deputado Carlos César (PS): E Soberana!

O Orador: ...tenho um líder partidário com quem comungo de ideias humanistas e não passa disso.

O protesto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é dirigido ao Sr. Deputado Martins Goulart pelo facto de ter classificado exclamações desta bancada como "uivos".

Vossa Excelência, embora não seja especializado em linguística, sabe que o "uivo" é um sinal sonoro de um animal. Só vejo uma razão para o lapso do Sr. Deputado Martins Goulart: é que há um filme - "The Shinning", parece-me - que foi livremente traduzido para português como "O uivo" e era um homem que dava um grito muito grande, muito grande que matava uma série de pessoas. Só que ele transformava-se em lobo de vez em quando e não sei que mais...

Sr. Deputado Martins Goulart, com todo o respeito que me merece como líder da oposição, pedia-lhe que não ofendesse as

peçoas e, em vez de "uivos" dedicados aos seres humanos, usasse outra terminologia porque esta realmente não lhe fica bem.

Peço desculpa de dizer-lhe isso e dou-lhe os parabéns porque a sua intervenção de há pouco, de improviso, foi talvez o arranque para a campanha eleitoral para as eleições de Outubro.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A minha intervenção naturalmente estará desarticulada daquelas que se vão seguir, mas eu quero trazer o assunto para a temática que se está a discutir aqui.

Eu queria responder ao desafio lançado pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, lembrando-lhe (não o culpando) que há um sector nesta Região que está a passar por grandes dificuldades - o sector vitivinícola, como sabe -, sector esse que sustentou durante muitos anos muitas famílias dos Açores. É um sector tradicional, é um sector importante, mas é um sector que sofre, neste momento, graves dificuldades. As pessoas que trabalham nas vinhas têm que fazer uma opção diferente, têm que deixar de trabalhar na vinhas porque, apesar dos esforços que se têm feito e apesar dos incentivos que possam existir, não sei (é uma dúvida que lhe lanço a si próprio) se nós teremos capacidade de encontrar castas nas nossas ilhas, sobretudo nalgumas, que substituam, pelo menos em quantidade, aquelas que durante muito anos foram as tradicionais e saber se, de facto, é possível nós ombrearmos, em termos de mercado, com a invasão que vai chegar à nossa porta em termos de vinho.

Ilhas que foram ricas em vinho **poderão deixar** de ter vinho. Eu volto a dizer: eu não estou culpando a Secretaria porque sei que tem havido incentivos, tem havido esforço no sentido de haver uma reconversão da vinha.

Será possível haver uma reconversão da vinha? É que eu conheço pessoas que tentaram reconverter as suas vinhas e, desesperadamente, arrancaram e plantaram as tradicionais para que pudessem ter vinho em quantidade e o pudessem vender ainda, enquanto for possível, porque todos nós sabemos nesta Casa que, daqui a pouco tempo, o tradicional vinho que nós temos ficará posto de lado e, nesse caso, é mais uma

situação que nós vamos enfrentar. Aqui não é uma questão de culpabilidade: é a constatação de uma realidade e de um facto! Ele existe! É mais gravoso!

Portanto, quando se diz, noutros sectores, que se apoie, eu aponto famílias que, neste momento, estão em graves dificuldades porque não poderão obter da vinha todo o lucro que obtiveram durante muitos anos.

Gostaria de ouvir, embora saiba que o tempo é curto, uma breve referência a este assunto porque ele é importante.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Martins Goulart:

Julgo que o meu colega de bancada, Jorge Cabral, já aqui defendeu, digamos assim, a honra deste Grupo Parlamentar.

Eu queria dizer que o Sr. Deputado não controla o Povo dos Açores: o Povo é livre e, na altura certa, saberá escolher.

O Sr. Deputado não tem nível para dar lições de comportamento, aqui dentro a ninguém.

Eu mesmo, sendo um "David contra um Golias, quero-o ser sempre, porque o Sr. Deputado só é Golias na vaidade e na arrogância!

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria apenas dizer duas coisas. Eram as seguintes:

O Sr. Deputado José Gabriel Lopes, há bocadinho, exibiu-me um monte de papéis, dizendo que estavam ali as propostas do PS para a agricultura.

Eu vi um monte de papéis na sua mão e ouvi-o dizer: "Estão aqui... estão aqui!" Eram "Os Lusíadas", talvez...

Deputado José Gabriel Lopes (PS): Não eram não, Sr. Deputado!

O Orador: Eu peço muita desculpa. Eu realmente não sei o que é que o Sr. Deputado tinha na mão, mas como o Sr. Deputado estava a dizer "Os Srs. não aprovam nada" e mostrou-me um monte de papéis, eu pensei que talvez fossem "Os Lusíadas".

Eu queria apenas dizer ao Sr. Deputado José Gabriel Lopes o seguinte:

Eu tenho a convicção de que algumas

propostas apresentadas pelo Partido Socialista não terão sido aprovadas por esta bancada, mas também terei a convicção de que se não terão sido aprovadas é porque esta bancada entendeu que não eram melhores do que as nossas.

Sr. Deputado, repare o seguinte: não há ninguém que esteja tanto tempo no Governo, ao contrário do que os Srs. Deputados insinuam, que seja tão tolo ao ponto de se conseguir manter tanto tempo no Governo.

Ora, isto significa que se as propostas que os Srs. Deputados nos apresentarem forem boas, a gente pega nelas. Não tenha dúvidas! Agora o que parece mal é que os Srs. Deputados não tenham apresentado nada de jeito para a gente pegar.

(Risos do PSD e do Governo)

Aí é que está o diabo!

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Quando o Sr. Deputado José Gabriel Lopes trouxe propostas boas, o Sr. Deputado pode ter a certeza que a gente vai estudá-las e se elas tiverem merecimento passarão - e quanto ao Sr. Deputado José Gabriel Lopes estamos conversados e não vou perder mais tempo consigo.

Eu só queria dizer duas coisas ao Sr. Deputado Martins Goulart:

Eu ontem, por acaso, não estava na Sala. Tive imenso desgosto de não o ter ouvido!!! Logo, como não estava na Sala, não o ouvi e, portanto, também não "uivei". Mas devo dizer-lhe que tenho muitas dúvidas que os meus camaradas de bancada tenham ouvido. Eles às vezes excedem-se...

Deputado Martins Goulart (PS): Está gravado!

O Orador: Está então gravado o uivo?!

(Risos do PSD e do Governo)

Pois bem, eu, no fim da Sessão, terei muito gosto de, com Vossa Excelência, ouvir o "uivo" que lá está gravado.

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Mas, já agora, deixem-me acabar para não perdermos o fio à meada.

Como eu já disse, ontem não tive o gosto de o ouvir e, portanto, não "uivei". Mas há uma coisa que me parece importante, que é o seguinte:

Depois, cerca de uma hora, talvez, de Vossa Excelência ter falado, tínhamos nós "levado uma rabeçada" - passe a expressão - do seu Vice-Presidente que dizia que nós éramos um rapazinhas muito mal comportados e, portanto, levantou-se, e no ar brilhante

que lhe é habitual, deu-nos uns açoites porque a gente, de vez em quando, fala, refila e não sei que mais, mal esperava o Sr. Deputado Carlos César que, à revelia dele, o Sr. Deputado Hélio Pombo desatasse logo, passado um bocado, a fazer um espectáculo pouco próprio aqui dentro e ainda muito menos ele esperaria que o próprio Presidente do partido, logo a seguir, usasse terminologia menos própria...

(Aparte inaudível da bancada do PS)

O Orador: Se Vossa Excelência entende que nos devemos entender aos uivos, Vossa Excelência fará isso em sua casa, na minha não! Vamos deixar isto já de parte.

(Risos e aplausos do PSD e do Governo)

Portanto, parece-me que terei de pedir um favor ao Sr. Deputado Carlos César: o Sr. Deputado, antes de nos dar umas "rabadas", veja se consegue dar uma "rabada" aí nesse Grupo Parlamentar e, nessa altura, nós vamos todos comprometer-nos a nos portarmos bem aqui. Aliás, o Sr. Deputado Martins Goulart sabe muito bem que várias vezes eu tenho intervido aqui para pedir moderação de linguagem porque entendo que esta Casa merece respeito e temos que nos respeitar uns aos outros.

E já agora para terminar, Sr. Deputado Martins Goulart...

(Aparte inaudível do Deputado Martins Goulart)

O Orador: Deixe-me falar para a assistência. O Sr. Deputado olha muito lá para cima mas eu, tirando o Sr. Engenheiro Fernando Pacheco Costa, não conheço mais ninguém.

O Sr. Deputado Martins Goulart quando se levantou disse: "Vamos fazer o ponto da situação". Eu julguei que Vossa Excelência ia fazer a intervenção final, se por acaso desconhecesse o Regimento mas como não o desconheço e o Sr. Presidente do Governo ainda não tinha falado e o Sr. Deputado já tinha avisado que era o último, eu pensei que não seria bem o ponto da situação mas um "pré-ponto" da situação.

Entretanto, o Sr. Deputado Martins Goulart disse também - o que aliás já tinha sido dito por outros Srs. Deputados do seu partido - que realmente os Srs. é que tinham vindo interpelar-nos.

(Aparte inaudível da bancada do PS)

O Orador: Quando eu digo "interpelar-nos, é ao Governo e, naturalmente, ao Grupo Parlamentar que, com muito gosto, apoia o

Governo.

(Aparte inaudível da bancada do PS)

O Orador: Não estou enganado, Sr. Deputado!

Na realidade, nós podemos intervir, independentemente de não sermos os interpelantes. Mas, na realidade, sucedem coisas realmente estranhas em todos os Parlamentos, como sucede em muita coisa da nossa vida pessoal: é que, às vezes, julgamos que "vamos buscar lá e saímos tosquiados". E o que está a começar a suceder a Vossas Excelências neste momento...

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: ...e, portanto, estão a ficar preocupados com isso.

Mas o Sr. Deputado Martins Goulart disse aqui, de dedo em riste e olhando para a assistência, que "o Governo é pago para governar". E é, com certeza! Nós nunca tivemos dúvidas. E disse também que "lá fora exige-se isto" e que "lá fora diz-se aquele outro". Mas olhe, Sr. Deputado, também lá fora se diz (desculpará a expressão) que parece que o PS é pago para "asneirar".

(Risos do PSD e do Governo)

Presidente: Antes de dar a palavra aos Srs. Deputados que estão inscritos, e como estamos a atingir a hora regimental, pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares, ao Sr. Deputado Paulo Valadão e ao Sr. Deputado Independente que viessem até junto da Mesa para tratarmos de um assunto importante.

(Pausa)

Srs. Deputados, vamos prosseguir os nossos debates durante mais 30 minutos.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Martins Goulart, gostaria de tecer algumas considerações.

Eu fui apontado como não tendo respondido a algumas das questões que me tinham sido colocadas, e foi dado como exemplo não ter respondido a questões colocadas pelo Sr. Deputado Paulo Valadão e também pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Em relação ao Sr. Deputado Paulo Valadão foram feitas essencialmente duas perguntas, uma das quais relacionada com a Fábrica de

Lacticínios e à qual eu já respondi. A resposta, quando muito, pode ser acusada de ter vindo tarde, mas já disse que vamos, em Junho, iniciar as obras.

Quanto à questão do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, ela liga-se com uma outra levantada pelo Sr. Deputado Martins Goulart relacionada com a questão da crise.

Eu respondi ao Sr. Deputado José Gabriel Lopes e distingui claramente onde é que entendia que havia crise e onde entendo que não há, mas quando se fala da agro-pecuária há uma certa insistência em se dizer que a situação é grave na Ilha Terceira. Aí é que eu ligo a minha resposta, ou a minha eventual não resposta, invocada pelo Sr. Deputado Martins Goulart, à questão levantada pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

E óbvio que a questão da Ilha Terceira tem um agravamento especial, dado o atraso significativo do pagamento à produção do preço do leite. Mas o que também já foi aqui dito por mim, em resposta às questões aqui colocadas, é que estamos a falar de situações que têm implicações com empresas privadas e que, eu penso que não é este o local próprio para estar a discutir esses assuntos, muito menos quando nos faltam dados para o fazer.

Ora, o Sr. Deputado Martins Goulart fá-lo assim. Mas fá-lo assim porquê? Explique-me onde é que o Governo tem dados que possa discutir se a posição da "ELA" face à posição da "UNICOL" é por isto ou por aquilo. Onde é que eles estão? Que poder tem o Governo para os ir lá buscar? Responda-me a isso. Agora, interpelo-o, se me dá licença:

- Que poder tem o Governo para ir junto da "UNICOL" e pedir-lhe mais do que aquilo que já pediu?

O Governo não é culpado, nunca foi, nem tem nada a ver com a situação que a "UNICOL" atravessa, e quando se fala do agravamento da crise da agro-pecuária, incide-se objectivamente aí, porque as restantes soluções relacionadas com o escoamento dos animais estão a ser aplicadas na prática - e, de facto, com boa aplicação. Portanto, não mascaremos neste debate uma questão objectiva, uma questão que se hipertrofia no contexto dos Açores - que é a questão da Ilha Terceira. Mas não há, Srs. Deputados, mecanismos legais, não há mecanismos democraticamente estabelecidos que permitam ir além daquilo que eu já disse.

Aliás, as eventuais soluções da situação da Ilha Terceira - e eu não posso adiantar mais do que isto - dependem mais da atitude activa que a própria União de Cooperativas

possa tomar do que da posição que o Governo, eventualmente, tenha como solução - porque existe solução para isso.

Portanto, não me parece, mesmo sendo em defesa do Sr. Deputado José Gabriel Lopes, que se possa confundir tudo, que se possa falar do total da crise porque a minha intervenção foi no sentido contrário e julgo eu que foi suficientemente demonstrativa. Aliás, uma das questões que ficou por responder no conjunto das intervenções referia-se a uma proposta colocada em tempos pelo próprio Deputado José Gabriel Lopes e que se referia ao estabelecimento de uma linha de crédito para a agricultura. Estamos a falar de duas coisas completamente distintas: uma coisa é saneamento financeiro, outra coisa era o estabelecimento de uma linha de crédito tipo SIFAP.

Ora eu, nessa altura, disse-lhe que o Governo não podia estabelecer na Região uma linha de crédito como o SIFAP, mas em relação ao saneamento financeiro ele surgiu.

Quanto à vitivinicultura é óbvio que estamos perante uma situação que tem aspectos muitos específicos. A situação da vitivinicultura na Região não é uma coisa recente; há mais de 20 anos que a mesma vem enfrentando problemas graves, na sua esmagadora maioria ligados à produção do chamado "vinho de cheiro".

As soluções que existem actualmente e foram foram levantadas pelo Sr. Deputado Manuel Serpa julgo que, vindas da ilha de onde vêm, não podem ser colocadas dessa forma porque, neste momento, existem experiências concludentes no Pico que indicam a linha a seguir no que diz respeito às castas a explorar. O que acontece é que a esmagadora maioria das explorações actualmente existentes, quer aí, quer em outras zonas dos Açores, não têm dimensão suficiente para fazer esse tipo de reconversão e eu temo seriamente que se não houver uma agricultura "part-time" nessas áreas se possa chegar lá.

Mas será que esse agricultor está em crise no sentido de não ter alternativa? Penso que não.

As alternativas surgidas no Pico ao exercício da actividade agrícola de reconversão são objectivamente positivas e têm-se demonstrado eficazes e propiciadoras de rendimentos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Go-

verno:

De facto não esperava essa resposta. Não conheço, na prática, mesmo aqueles que reconverteram a vinha, ao fazer a sua reconversão, qual é o lucro que eles obtêm dessa reconversão. Na prática eles não têm nenhum lucro porque se eles se fiarem no lucro produzido pela reconversão ficam na miséria. Temos que ser claros: pode haver hipóteses, no futuro, mas não podemos, penso eu, comparar as experiências feitas nos serviços, que obtêm realmente boas conclusões mas a preços que não podem ser usados pelo cidadão comum. Eu falo no cidadão comum que reconverteu a sua vinha, que investiu embora com muito auxílio, o que é que neste momento ele está a lucrar dessa vinha. Que vinho é que ele faz? A quem é que o vende? É uma pergunta pertinente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Sem qualquer intuito particular, queria dar conhecimento de que tinha uma intervenção - que não ficará preterida, em tempo oportuno será proferida - para participação neste debate, mas a gestão do tempo implica que eu não possa efectuar-la hoje. Atrás de tempos tempo vem...

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Gostava de ouvir a sua intervenção.

O Orador: Se o Sr. Vice-Presidente do Governo cá estiver na altura, ouvi-la-á; se não estiver, não ouvirá. Mas esteja descansado que hoje não a ouve. E não me faça gastar tempo porque eu não costumo gastá-lo com esses apartes.

No entanto, eu não posso deixar a oportunidade de lançar duas questões que foram chamadas à colação pelo meu camarada Manuel Serpa. Elas centram-se essencialmente na vitivinicultura, reconversão da vitivinicultura, definição de castas para a vitivinicultura.

Já se falou aqui das Flores, de problemas da agro-pecuária da Terceira, das Flores e de S. Miguel. Mas eu não vou falar nisso. Eu pergunto:

1º - Quais as experiências concretas que os Serviços competentes da Secretaria têm nesta matéria?

2º Está feito, neste momento, o cadastro para que os vitivinicultores possam beneficiar dos subsídios da CEE e não seja o erário re-

gional, ou melhor, o Orçamento Regional a despender essas verbas que poderiam ser utilizadas noutros sectores, noutras vertentes do sector? Porque é que não está feito ainda?

E já agora permitam-me lembrar a Ilha Graciosa.

- Naquela ilha, tão pequena, o que fazem aqueles Serviços, Sr. Secretário?

Mas, como já lhe disse, com muito gosto, se para isso foi convidado, acompanhá-lo-ei na sua visita para que talvez aí me possa esclarecer.

E, para terminar, perguntava-lhe o seguinte:

Já ouvi falar aqui muito e respeito muito todas as pessoas que trabalham directa ou indirectamente na agro-pecuária nos Açores.

Já ouvimos aqui de várias intervenções, nomeadamente colegas da maioria, a assunção pelo Sr. Secretário de que de facto existem alguns problemas. Logicamente que não sou eu que vou dimensioná-los na sua boca. Eu poderei ter uma perspectiva e Vossa Excelência outra. Mas, sinceramente, eu ainda não ouvi que o Sr. Secretário, face a toda esta conjuntura de certa crise (eu não estou a exagerar, parece-me que aí Vossa Excelência concordará comigo que há alguma crise) dê alternativas ou a definição real, efectiva, concreta, de uma linha política de orientação agrícola para os Açores.

Se à data não está a dar o que efectivamente é de dar, então o que é que se vai fazer em vez de, quais as directrizes que incumbem nessa matéria ao Governo, com os seus técnicos, logicamente, ditar para os agricultores dos Açores?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Albano Pimentel.

Deputado Albano Pimentel (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E para, muito rapidamente, fazer uma pergunta ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Há pouco o Sr. Secretário falou dos apoios que o Governo e a sua Secretaria deram, nomeadamente às Cooperativas de S. Jorge e da Terceira.

- Foi por lapso ou deliberadamente que o Sr. Secretário não mencionou a situação, os apoios e as promessas que não foram depois cumpridas relativamente à UNILEITE em Ponta Delgada ou, melhor dizendo, subsídios que só aparecem depois de ser ter descoberto que havia subsídios, e eu não quero dizer de "sacos azuis", mas não muito transparentes dados a outras Cooperativas?

O Sr. Secretário conhece isso, eu não vou entrar em pormenores, mas depois da situação ter sido detectada, a UNILEITE, que também tem dificuldades, tentou e conseguiu alguns apoios e um enorme rol de promessas que ainda estão por cumprir. Segundo julgo saber, há também grandes dificuldades na UNILEITE, neste momento, e como o Sr. Secretário não as citou, gostaria que tecesse um comentário a esse respeito.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Rodrigues.

Deputado Oliveira Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tinha feito há pouco uma pergunta à qual o Sr. Secretário não me respondeu na sua intervenção, talvez motivado pela observação que fiz num sentido positivo e sem querer ofender.

Assim, reiterava a mesma pergunta porque é fundamental para nós sabermos e para explicarmos também a pessoas que nos contactam. Essa pergunta relaciona-se com a indefinição que existe presentemente sobre quem é que gere ou dirige os dinheiros das Comunidades e do Orçamento Regional quanto a caminhos de penetração.

Uma outra pergunta que lhe queria fazer e que me parece que aqui não foi feita mas que julgo que poderá centrar-se nesta matéria e à qual gostaria que o Sr. Secretário me respondesse, é a que se relaciona com a florestação das ilhas, concretamente no campo do eucalipto.

Todos conhecemos as posições de rejeição ou de adaptação desta árvore de pequeno crescimento e do grau de rentabilidade para os Açores.

Julgo que, embora tenha poucos conhecimentos nessa matéria, a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas definiu uma regra para o cultivo do eucalipto que me parece desajustada em termos de quota de altitude para a plantação desta árvore.

Gostaria que o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas me dissesse qual foi o estudo ou a intenção da adaptação desta quota quando a estabeleceu.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Há pouco, numa resposta dada, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas em relação a determinados aspectos da Ilha

Terceira colocava-se na situação de que não dependia do Governo Regional, que estavam em causa determinadas firmas privadas, etc., etc..

No entanto, penso que é necessário e útil trazer à colação determinados aspectos relativos a assuntos que dizem respeito directamente à Secretaria Regional da Agricultura e Pescas.

Tenho perante mim uma decisão da Comissão das Comunidades - concretamente a 89/123/CEE - publicada no Jornal Oficial das Comunidades a 17 de Fevereiro de 89 que aprova o Programa Específico relativo aos sectores dos animais vivos, da carne de bovino, dos ovos e das aves de capoeira da Região Autónoma dos Açores, comunicado pelo Governo Português em execução com o Regulamento 355/77/CEE.

Assim sendo, eu gostaria de saber o seguinte:

Neste momento já existe uma Rede Regional de Abate? Como é que ela tem evoluído nos últimos anos, concretamente a partir de 17 de Fevereiro de 89, altura em que foi publicada esta decisão da Comissão e altura em que esta Região Autónoma teve possibilidade de usufruir de participações comunitárias para implementar nesta Região uma Rede Regional de Abate com equipamentos de acordo com a própria legislação comunitária?

Pergunto ainda:

- De acordo com esta legislação comunitária, quais são, por exemplo, os matadouros de bovinos que estão a funcionar nas nove ilhas dos Açores? Quantos temos?

- Em relação às Flores e ao Corvo o que é que temos?

- Em relação a S. Jorge o que é que temos?

- Em relação à Graciosa, por exemplo, estará esta estrutura de acordo com as regras comunitárias?

- Mesmo em relação a S. Miguel, Terceira e Faial, o que se passa?

- Da análise da evolução dessas infra-estruturas e do modo como elas estão a se comportar perante as exigências da Região e perante as obrigаторiedades que esta Região e este País têm perante a Comunidade, qual é a situação actual?

Penso que seria importante que o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas esclarecesse esta Assembleia sobre estes aspectos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Lopes.

Deputado José Gabriel Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vou tecer considerações acerca do que o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas há pouco afirmou porque o tempo não o permite, mas ele disse concretamente o seguinte: "O Governo não tem nada que ver com a situação da UNICOL".

Vossa Excelência recorda-se perfeitamente de quando em 1985, a nível nacional, se gerou uma situação de várias empresas que tiveram salários em atraso aos trabalhadores. Pois bem, nessa altura, durante a campanha eleitoral, o Partido Socialista foi sistematicamente criticado pelos salários em atraso e era uma situação com a qual o Governo, na altura do bloco central de que tinha sido Primeiro Ministro o Dr. Mário Soares, nada tinha a ver e, repito, o Partido Socialista foi altamente penalizado por essa situação.

O problema que se põe neste momento é o seguinte: é que na Ilha Terceira, para além dos 1.200 produtores da UNICOL com mais os cerca de 1.800 da ELA, são duas mil famílias que não recebem. Isto é um problema social grave!

O Sr. Deputado Francisco José, do seu partido, disse (e muito bem) que é um problema que eles próprios na Ilha do Pico já o sentiram na carne, estão em vias de o voltar a sentir, nas Flores também já o sentiram e sentem, e ele dizia concretamente isto: "O problema que nos levanta é um problema pertinente e esse problema terá que ser resolvido entre a Direcção da UNICOL, a Associação Agrícola e o Governo. Todos, em conjunto, tentarão resolvê-lo porque é um problema que preocupa sobremaneira as pessoas, porque é uma parte muito significativa da população activa daquela ilha que está nesta situação".

Era só. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou responder às perguntas que me foram feitas e vou responder ao mesmo tempo, ou seja, de uma só vez, ao Sr. Deputado Manuel Serpa e ao Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Vou concretizar a ideia que tenho sobre esta matéria. O que eu penso é que o sucesso da reconversão da vinha que o Sr. Deputado Manuel Serpa e o Sr. Deputado Carlos Mendonça aqui levantaram depende fundamentalmente de duas coisas: do conhecimento

e do domínio técnico das castas. Elas já estão estudadas na Região e já há sinais concretos do que é que se pode fazer, tanto nos brancos para vinho como nos tintos para uva de mesa e nos brancos para uva de mesa e penso que não será possível fazer nada no que respeita a castas de tintos para vinho -, como também está feito no que diz respeito ao aproveitamento do chamado verdelho.

A grande questão que se põe aqui é a da dimensão da exploração para essa reconversão. E, aí, abaixo de determinados limites não há, de facto, possibilidades de gerar receitas, apesar dessa reconversão ser substancialmente apoiada em mais de mil contos por hectare de subsídios a fundo perdido.

Aliás, se há um exemplo nesta Região de possibilidade de reconversão para as castas europeias brancas produtoras de vinho em grande dimensão e numa exploração que hoje é considerada do mais moderno que pode existir, é precisamente na Ilha Graciosa. Considero que o privado que está na Ilha Graciosa é um agricultor de nível europeu que não tem nada a ver com qualquer outro tipo de situação, sobretudo nas castas brancas para vinho e também, com menos importância, penso eu, nas castas tintas para vinho.

Portanto, no que diz respeito ao domínio técnico desse problema, não tenho dúvidas nenhuma nas produções que existem; tenho, sim, seriíssimas dúvidas da dimensão da reconversão. Aliás, poderia até apresentar o meu próprio caso pessoal nessa matéria.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Albano Pimentel, o Sr. Deputado perdoar-me-á, mas eu não percebi a sua questão. A UNILEITE foi objecto de uma situação semelhante, sem nada de ilegal, resultante de uma decisão do Conselho de Governo, e que se traduziu num empréstimo de 380 mil contos, pagando a taxa de juro. Esse empréstimo vai ser agora dilatado no tempo. A UNILEITE pediu-nos para não pagar a primeira prestação este ano e nós autorizámos o adiamento por um ano.

(Aparte inaudível do Deputado Martins Goulart)

O Orador: Não foi não! Foi pura e simplesmente por lapso. A situação da UNILEITE para mim é substancialmente diferente da situação da UNICOL. Não tem semelhança nenhuma enquanto empresa.

Deputado Albano Pimentel (PS): Não é tão grave?

O Orador: Não tem semelhança porque a UNICOL recolhe, transforma e vende e a

UNILEITE é uma associada na PROLACTO. São situações diametralmente opostas.

(Aparte inaudível do Deputado Albano Pimentel)

O Orador: Então não é? São situações completamente diferentes. A UNILEITE é uma associada, ou seja, não transforma a totalidade do leite que recebe.

Em relação ao apoio financeiro a questão é idêntica: foi solicitado, foram analisadas as contas e não há mais pedido nenhum da UNILEITE que não tenha sido atendido excepto um subsídio a fundo perdido para instalações de comercialização no Continente que eu, objectivamente, entendi que não o devia fazer porque considerava que a situação que nos estava a ser apresentada não tinha possibilidades de ser apoiada, defendendo, aliás, uma tese completamente diferente, ou seja, a de que penso que os industriais de lacticínios dos Açores, quer cooperativos, quer privados, deveriam movimentar-se no sentido de uma central única de vendas.

Quanto ao Sr. Deputado Oliveira Rodrigues, eu não respondi à pergunta por lapso, mas, neste momento, quem tem a responsabilidade dos caminhos de penetração na Região é a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas. Ainda não passou nada para a Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas. Está de facto anunciado, é um propósito, mas neste momento ainda é a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas que tem essa responsabilidade.

Relativamente ao problema da floresta, não sei se tem acompanhado isso de perto, a legislação foi alterada: já há possibilidade de florestar com espécies de crescimento rápido, acima das altitudes referidas, desde que se obedeçam a regras que são estudadas em termos de projecto, impacto ambiental, etc.. Já há, aliás, pedidos, à luz dessa alteração legislativa, quer no Pico, quer em S. Miguel.

Quanto ao Sr. Deputado Paulo Valadão, a única resposta que lhe posso dar em relação a esse assunto é que a chamada Rede Regional de Abate está atrasada.

Porquê? Porque, na realidade, sendo a Rede Regional de Abate uma responsabilidade da Administração Regional só é possível canalizar os fundos comunitários quando nós temos orçamentado na totalidade o valor dos projectos para depois da construção e contra factura, podermos receber os reembolsos. É essa a situação da Rede Regional de Abate.

E vou terminar, referindo uma resposta

que já dei há pouco tempo ao Sr. Deputado José Gabriel Lopes. Quando eu digo que o Governo não tem nada a ver com a situação da UNICOL refiro-me à situação actual dela. O Governo não interferiu, por nenhum mecanismo, na evolução da gestão da UNICOL, que é que foi única e exclusivamente da sua responsabilidade.

E nesse sentido que eu digo que o Governo não pode ser responsabilizado pelo passado.

Quanto ao futuro, comungo, como já disse aqui, das suas preocupações. Existem soluções para esse problema que têm que ser estudadas com a União de Cooperativas e que dependem também dela própria e não exclusivamente do Governo.

E este o discurso que eu sempre tenho feito nesta Casa quando o problema da UNICOL me é posto e eu não posso ir mais além.

Presidente: Srs. Deputados, vamos encerrar os nossos trabalhos. Recomeçaremos amanhã às 9,00 horas.

Muito boa noite e até amanhã!

(Eram 20,30 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - José Ramos Aguiar, Luís Bastos, Rui Melo, Victor Cruz; PS - Victor Ramos, Francisco Sousa).

(Deputado que faltou à Sessão: PS - Lisete Silveira)

A Redactora Principal: Idília Maria da Costa Macedo Cardoso.